

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA CECILIA OLIVIO

**“DAS FRAGILIDADES DE VIVER O TEMPO PRESENTE”:
CAPITALISMO, PATRIARCADO E A VIGÊNCIA DA
EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO MASCULINA.**

Florianópolis/SC

2015

MARIA CECILIA OLIVIO

**“DAS FRAGILIDADES DE VIVER O TEMPO PRESENTE”:
CAPITALISMO, PATRIARCADO E A VIGÊNCIA DA
EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO MASCULINA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vania Maria Manfroi.

Florianópolis/SC

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Olivio, Maria Cecília
Das Fragilidades de Viver o Tempo Presente :
Capitalismo, Patriarcado e a Vigência da Exploração-
Dominação Masculina / Maria Cecília Olivio ; orientadora,
Vania Maria Manfroi - Florianópolis, SC, 2015.
123 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Capitalismo. 3. Patriarcado. 4.
Relações Sociais de Sexo. I. Manfroi, Vania Maria. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social. III. Título.

MARIA CECILIA OLIVIO

**“DAS FRAGILIDADES DE VIVER O TEMPO PRESENTE”:
CAPITALISMO, PATRIARCADO E A VIGÊNCIA DA
EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO MASCULINA.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de “Mestra em Serviço Social” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2015.

Prof^ª Dr^ª Vania Maria Manfroi
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Vania Maria Manfroi – Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Sandra Lourenço de Andrade Fortuna – Examinadora
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof^ª Dr^ª Beatriz Augusto de Paiva – Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Ana Maria Braima Catarxo – Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª Dr^ª Carmen Susana Tornquist – Suplente
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

AGRADECIMENTOS

Como realizar um agradecimento que por pressuposto é coletivo, já que há tanta “gente dentro da gente” que vai compondo o caminho?

Ainda que consciente do risco de, por lapso e/ou pouco espaço, não nomear todas as pessoas, me arrisco e faço alguns agradecimentos mais diretos que sintetizam o processo, sua finalização e abertura para novos caminhos:

- À Patrícia, que chegou no “olho do furacão” e trouxe a calma necessária para a finalização deste processo. Cobriu de amor e carinho os dias nublados e com muito zelo trouxe movimento ao texto apresentado.

- À Juliana, presença quase silenciosa e bastante essencial desde o início do mestrado, que segue sendo nosso “bichinho da maçã”.

- À Vanessa, minha irmã de cabelo, que trouxe uma perspectiva mais humana e divertida pro cotidiano da pós-graduação. E que, pra vida além da pós, me segura pela mão.

- Ao Reginaldo e toda sua visceralidade. Obrigada pela intensidade dos sentimentos, pelos fins de tarde à beira mar, às caronas no alto verão e as conversas que acalentam o coração.

- Aos companheiros e companheiras, camaradas, amigas e amigos – pra contemplar todas as organizações e perspectivas – que Desterro e a pós me presentearam, em especial: Joana, Nalá, Ellen, Samuel, Mariana, Jennifer, Daniele Cima, Kenia, Ingrid....

- À Edivane, pelo “QG” providencial no fim de ano e por todas as orgias gastronômicas.

- À Kathiúça e Marlon, pelos desabafos constantes, que sempre aliviam os pesos. Em especial a um deles, num bar em Buenos Aires.

- À Gabi Blanco, doçura de presente que ganhei nessa cidade. Pelos dias mais leves, todas as nossas “parecências” e as correções das normas da ABNT!

- À Susi, querida amiga. Todo o seu gás e agito trouxeram movimento ao dia-a-dia. A militância, músicas, vinhos e poesias foram demasiado importantes nesse turbilhão dos dias que correm. Gracias a la vida y a vos por estar siempre al lado. Gracias por ter perguntado “o que NÓS vamos fazer?”.

- À banca de qualificação: Prof^ª Dr^ª Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, Prof^ª Dr^ª Carmen Susana Tornquist, Prof. Dr. Ricardo Lara pelas ricas contribuições.

- À Prof^ª Dr^ª Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, pelo aceite à participação na banca de defesa. A interlocução contigo é belíssima e sempre me deixa muito feliz!

- Às professoras doutoras Beatriz Augusto de Paiva e Ana Maria Braima Catarxo, pelo aceite em participar desse momento e pelas contribuições à pesquisa.

- À Prof^ª Dr^ª Vania Maria Manfroi, minha querida orientadora. Imagino que não tenha sido muito tranquilo assumir essa orientação. As discussões contigo foram, desde o início, muito abertas e provocativas. Espero que nossas conversas continuem para além desses dias na pós.

- Ao Ricardo Lara, que de maneira tranquila provocou diversas inquietações. Obrigada pela amizade e confiança que você e Thalita nos depositaram.

- À minha mãe, Dirce, presença constante na vida, ainda que por vezes eu pareça um tanto distante. Obrigada por “botar fé” e segurar o meu caminho! E ao meu irmão, Luiz Carlos, menino tranquilo, que tá cada vez melhor! Vocês dois, junto com o pai, são meu início.

- Às e aos camaradas da “Comuna Amarildo de Sousa”, que inquietaram os dias – meus e da cidade - e provocaram a motivação necessária para levantar muitas peleas.

- Ao “Cine Amarildo”, nossas reuniões sempre imprevistas e imprevisíveis, os perrengues em baixo de chuva, de frio e vento, intempéries climáticas e pessoais. Tudo deu novo horizonte pras lutas e pras relações que a gente faz. Obrigada: Ana Cristina, Susi, Gabi,

Camila e a lindinha da Nicole, Luizão, Lyn, Joana, Ingrid, Bárbara e todas as pessoas que passaram nos dias duros e leves desse projeto.

- *À Anne Moya, que pacientemente acompanhou e fez esse processo dos dias, nas ligações intermináveis, nas quais, cheia de saudade e necessidade de colo, precisava quase que soltar de um fôlego as palavras que expressavam mais que os sentimentos, a minha necessidade de ter você da vida.*
- *Ao NEPTQSAL, pelos profícuos encontros e debates durante os anos de 2013 e 2014, que possibilitaram reflexões importantes à pesquisa.*
- *Ao GEPOC, que trouxe uma mirada mais acabada desde a perspectiva lukácsiana.*
- *À CAPES, por possibilitar a dedicação exclusiva a pesquisa.*

"No se puede luchar por una nueva sociedad si no se lucha al mismo tiempo por la construcción de hombres y mujeres nuevos. No habrá revolución socialista si no logramos desterrar el egoísmo, la mezquindad, el cálculo miserable, el patriarcalismo, el racismo, y el individualismo en nuestra vida cotidiana. No se puede estar a la izquierda en la política si se está a la derecha en la moral. Nada más alejado del pragmatismo que el marxismo crítico y revolucionario. Nuestros principios no son 'instrumentalistas'. No los utilizamos como un mero instrumento (que se pone o se saca según haga falta). Son parte fundamental de nuestra ética revolucionaria, la de nuestros miles y miles de desaparecidos, torturados y asesinados.

No se puede tener un mensaje revolucionario y comunista en la vida pública si se actúa como un conservador y un burgués en la vida privada. No se puede tener la cabeza y la lengua a la izquierda mientras el corazón y el cuerpo están a la derecha.

El proyecto de la revolución socialista, si no quiere ser una caricatura - como alertaba el mismo Che Guevara - deberá realizar en la vida concreta y cotidiana los grandes ideales incumplidos por las revoluciones burguesas: la libertad, la igualdad y la fraternidad. Pero no para la burguesía y los explotadores, no solo para los europeos, propietarios, cristianos, varones blancos y adultos, sino para todo nuestro pueblo. No para explotar - en nombre de 'la libertad' - sino para vivir en una comunidad donde realmente hayamos terminado con la explotación del ser humano por el ser humano y el poder real (no solo el gobierno) esté en el pueblo."

Néstor Kohan.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo central apresentar uma discussão teórica sobre alguns aspectos da simbiose entre capitalismo e patriarcado, considerando a manutenção/vigência da dominação-exploração masculina na contemporaneidade. Para tanto se estrutura em dois capítulos, dentro dos quais buscamos realizar uma discussão teórica categorial que procura ir para além da aparência naturalizada da manutenção e vigência do processo de exploração-dominação masculina, perquirindo compreender como ela se sustenta nos marcos do capitalismo. Apresenta algumas das dimensões que sustentam as relações sociais desiguais entre homens e mulheres na ordem capitalista, realiza breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho, as relações sociais de sexo e o patriarcado e procura sustentar a relevância deste debate para a explicitação das dimensões das relações desiguais e hierárquicas produzidas – e que amparam- no modo de produção capitalista. A análise realizada pretende fornecer bases para uma reflexão sobre aspectos da construção e manutenção da dominação-exploração masculina, e sua objetivação nas relações sociais de produção estabelecidas na e pela ordem do capital.

Palavras-chave: Capitalismo; Patriarcado; Relações Sociais de Sexo.

ABSTRACT

This dissertation has the objective to present a theoretical arguments about the relations between the Patriarchy and the Capitalism, considering the validity of the male exploration and domination. For this purpose is divided into two chapters, within which we made a categorical discussion that will go beyond the naturalized appearance of maintenance and duration of the male domination-exploration process, inquiring understand how it sustains us of capitalism landmarks. Presents some of the dimensions that underlie the unequal social relations between men and women in the capitalist order, conducts brief discussion of the sexual division of labor, the social relations of gender and patriarchy and strives to maintain the relevance of this debate to express the dimensions of relations unequal and hierarchical produced - and support - in the capitalist mode of production. The analysis is intended to provide basis for reflection on aspects of construction and maintenance of male domination-exploitation, and its objectification in the social relations of production and the order established in the capital.

Keywords: Capitalism; Patriarchy; Sex Social Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS SEXOS	27
1.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	46
1.2 BREVE ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E O MASCULINO.....	53
CAPÍTULO 2 – O PATRIARCADO E A ORDEM CAPITALISTA	69
2.1 ORIGENS DAS DISCUSSÕES SOBRE O PATRIARCADO.....	79
2.2 ORDEM PATRIARCAL E AS DIMENSÕES QUE SUSTENTAM A EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO MASCULINA.....	92
2.2.1 A monogamia e a Apropriação Sexual das Mulheres.....	94
2.2.2 Heterossexualidade Compulsória.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

*“Nós vamos semear, companheiro
 No coração
 Manhãs e frutos e sonhos
 Prum dia acabar com essa escuridão
 Nós vamos preparar, companheiro
 Sem ilusão
 Um novo tempo [...]”*
 (Vitor Ramil)

O interesse por compreender o processo de formação social do “ser homem” e portanto de “ser mulher”, tem sua gênese na experiência de estágio curricular obrigatório, do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, realizado na Secretaria Municipal da Mulher - Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CAM, no Município de Londrina – PR, entre os anos de 2009 e 2010¹.

Com a vivência dos atendimentos realizados junto às mulheres em situação de violência doméstica, percebeu-se uma grande dificuldade para o rompimento efetivo dessa situação. Um dos fatores mais relevantes para tal constatação² foi a inexistência de abordagens que se direcionassem também aos homens/agressores.

Nesse processo, foi então produzida a pesquisa de conclusão de curso que, naquele momento, tendo em vista as limitações de uma pesquisa realizada em nível de graduação, como também a aproximação

¹ A Secretaria Municipal da Mulher foi criada em Londrina no ano de 1993, e nesse mesmo ano foi implantado também o CAM, vinculado à Gerência de Proteção Especial à Mulher em Situação de Violência, e com apoio de uma equipe multidisciplinar presta atendimento às mulheres em situação de violência.

² Outros fatores significativos para a manutenção da violência são: Contexto sócio-cultural (preservação da família; a mulher colocada como responsável pela harmonia familiar; a necessidade da proteção masculina; vergonha...); Insegurança emocional; Sentimento de culpa; dependência econômica, falta de apoio familiar e social, medo de prejudicar os filhos, medo de que a violência se torne algo pior, etc. Todos esses elementos constituem-se em particularidades que materializam a ordem patriarcal.

inicial às discussões propostas, limitou-se à discussão embrionária das masculinidades, com o recorte para homens agressores³.

Também se torna importante destacar a participação semanal entre os anos de 2013 e 2014, na construção da “Comuna Amarildo de Souza⁴”. As profícuas reflexões realizadas trouxeram questões interessantes na compreensão do objeto de pesquisa, como também o surgimento e a participação da proposta de realização do subprojeto de extensão “CineAmarildo”, vinculado ao CineArth – Cinema, Artes e Humanidades/UEDESC⁵, onde se discutiram temas como: as falas masculinas nos espaços de discussão e decisões coletivas, a presença majoritária dos homens na coordenação dos diversos movimentos, entre outros assuntos que permitiram novos e ricos questionamentos e que motivaram o redimensionamento da proposta de pesquisa⁶.

Estas experiências e o aprofundamento dos estudos provocaram na pesquisadora a necessidade de compreender algumas dimensões e ações que constituem a reprodução e produção das relações sociais tendo como base a desigualdade inerente ao sistema capitalista e a desigualdade entre os sexos. Entende-se que o desvelamento e a compreensão dessas dimensões podem contribuir com as lutas que visam a construção de resistências e a superação de tais relações.

Nesse contexto, torna-se importante perguntar: como esta característica inerente ao ser social, este *ser* mulher e este *ser* homem na sua diferença orgânica – biológica, no processo da complexificação das relações vai adquirindo formas e posições naquilo que por natureza os diferencia – o sexo – e se torna um elemento de dominação e exploração masculina? Assim, e a partir da ontologia marxista, procuramos esclarecer e compreender o movimento e a complexificação das

³ OLIVIO, Maria Cecília. **Masculinidades de Homens Agressores:** uma análise a partir da categoria gênero. 2010. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

⁴ A Comuna Amarildo de Souza, primeiramente nomeada “Ocupação Amarildo de Souza”, instalou-se em 16/12/2013, às margens da SC 401, em Florianópolis/SC, tendo como objetivos centrais de luta: terra, teto e trabalho. Após intensos dias de resistências, em julho de 2014, instalou-se em terras de assentamento permanente, no município de Águas Mornas/SC.

⁵ Atividades realizadas juntamente com o grupo de apoiadoras e apoiadores da “Comuna Amarildo de Souza”.

⁶ No início tínhamos pensado em realizar uma pesquisa empírica, entretanto, durante o processo entendemos que seria necessário estabelecer, antes, o indicativo de algumas categorias importantes que subsidiarão pesquisa futuras.

relações, que em diferentes momentos históricos produzem as desigualdades entre os sujeitos a partir de atributos naturais, que na continuidade da reprodução social ao mesmo tempo sustentam e camuflam as contradições necessárias à ordem do capital.

De tal modo, o objeto de nosso estudo é a relação que se estabelece entre o modo de produção capitalista e o patriarcado. Para tal fim, o objetivo central desta dissertação é o de apresentar uma discussão teórica sobre alguns aspectos dessa simbiose entre capitalismo e patriarcado, a partir da compreensão da manutenção/vigência da dominação-exploração masculina na contemporaneidade. A partir dele tornaram-se necessários alguns desdobramentos em objetivos específicos, quais sejam: discutir como se conformam as relações sociais entre homens e mulheres, compreender e contextualizar a constituição do patriarcado nos marcos do capitalismo e aprofundar as dimensões que sustentam a dominação e a exploração masculina.

Destarte, acreditamos ser necessária a qualquer luta que assuma o horizonte de contestação à ordem do capital e que reivindique a construção de uma nova sociabilidade, livre da exploração capitalista, colocar na ordem o dia o questionamento da conformação das relações sociais entre os sujeitos⁷ na e pela ordem do capital – que são atravessadas por relações de exploração-domação. Assim, se parte do pressuposto de que a luta pela emancipação humana - diante de todas as barreiras e ocultamentos impostos pela ordem do capital e dos meios privados de produção - requer vinculação orgânica com a destruição de todas as formas de dominação-exploração entre os sujeitos.

Em outras palavras, a luta pela construção de uma nova sociabilidade passa, invariavelmente, pela luta contra todas as

⁷ “[...] o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais. Não apenas o sujeito coletivo, mas também o sujeito individual não é senão a história de suas relações sociais. [...]. A construção do sujeito apresenta um caráter relacional. Isto significa que a formação do *eu* não pode prescindir de, no mínimo, outro *eu* ou, para ser mais fiel aos fatos, de outros *eus*. Desta sorte, sujeito e objeto não são senão uma diferenciação no interior da relação social, de acordo com a posição ocupada nos polos desta. Não há, pois, distinção substantiva entre um e outro, mas apenas uma diferença adjetiva. Também, por outra razão a diferença não participa da essência do sujeito/objeto: ela é historicamente situada, vale dizer, socialmente construída. A história não é o leito de Procusto representado pelo lema *a anatomia é o destino*, o que elimina, ou pelo menos reduz drasticamente, o risco de absolutização do conceito de diferença” (SAFFIOTI, 1995, p. 159).

determinações desiguais que conformam os sujeitos e que estes, ainda, reproduzem. Para tanto, todas as relações devem ser repensadas e reconstruídas com tenacidade, firmeza, a cada dia, a cada passo, a cada erro. O questionamento do hegemonicamente posto nas relações amorosas, conjugais, familiares, afetivas, interpessoais, relações assimétricas no trabalho, fazem parte da construção de uma sociedade sem oprimidos e sem opressores. Sem oprimidas e sem opressoras. Como indica o excerto que abre esta introdução, precisamos semear o novo. O novo em tudo.

Consideramos que a conformação das relações sociais na ordem do capital é atravessada pela contradição fundamental de classe, que tem sua complexificação expressada pelas relações desiguais estabelecidas também nas dimensões de raça/etnia e de sexo que constituem a classe em suas particularidades. Esta última, - o sexo - especificamente será a categoria da discussão desta dissertação. As relações sociais de sexo são constitutivas da história das relações nas diferentes sociedades de classes, servindo como uma de suas formas de sustentação. No capitalismo, tendo em vista sua constituição intrinsecamente desigual, contribuem para manutenção e encobrimento do antagonismo e das desigualdades de classe. Tais relações são expressas pela vigência da dominação-exploração masculina em todas as esferas da vida. Esta configuração é terminantemente nomeada pela vigência da ordem patriarcal, entendida como um sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, presente em todos os espaços de produção e reprodução da vida e que, simbiotizada ao capitalismo, constitui um dos eixos de (re)produção da atual ordem.

Dessa forma, entende-se que a emancipação humana⁸ é atravessada pela necessidade de superação do capitalismo e, portanto do patriarcado, que constitui e expressa a manutenção e reprodução da exploração-dominação masculina. Entendemos que o sexo e a raça/etnia, características naturais, se apresentam “[...] como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (SAFFIOTI, 2013, p.

⁸ Sobre este tema existem diferentes compreensões no campo do marxismo. Por exemplo, C.F.: BARROCO, Maria Lúcia. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Na área da Educação: TONET, Ivo “Educação, Cidadania e Emancipação Humana” (2012), entre outros estudiosos do tema.

60). Porém, tais caracteres não contêm em si, a explicação para a conformação da realidade social e suas determinações. Eles

[...] operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade (SAFFIOTI, 2013, p. 60).

Concordamos, portanto, com Gonçalves (2013, p. 18), que assevera que

[...] o sexo, categoria de ordem natural, encobre o antagonismo de classes. O domínio masculino sobre as mulheres, não diretamente atrelado à estrutura econômica da sociedade, serve aos interesses daqueles que detêm o poder econômico.

A manutenção e vigência da exploração-dominação masculina servem, portanto, como facilitadora da realização dos interesses daqueles que ocupam posição superior na estrutura de classes, da (re)produção das desigualdades de classe, tendo em vista que “[...] certos padrões culturais forjados em outras estruturas persistem na nova [no capitalismo]” (SAFFIOTI, 2013, p. 130).

Assim sendo, as classes sociais são atravessadas pelas desigualdades⁹ de sexo e de raça/etnia, portanto, a força de trabalho é diferenciada em termos de sexo e raça/etnia.

Sendo homens e mulheres seres complementares na produção e reprodução da vida, fatos básicos da convivência social, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir outro sexo. A não percepção deste fato tem conduzido a concepções fechadas de masculinidade e feminilidade. Na vida real, entretanto, as ações de homens e mulheres continuam a complementar-se, de modo que à mistificação dos seres femininos corresponde a mistificação dos seres masculinos.

⁹ Colocamos desigualdades e não antagonismo já que homens e mulheres constituem uma classe – independente de seu sexo – e nesse sentido o antagonismo só pode existir entre as classes sociais e não entre os sujeitos singulares que as compõem.

Assim, não são apenas as mulheres que sofrem a atuação da mística feminina; desta constituem presas fáceis também os homens (SAFFIOTI, 2013, p. 34).

De tal modo, o processo de subordinação feminina e dominação masculina, constituem uma relação umbilicalmente atrelada, uma unidade contraditória, estabelecendo relações sociais de sexo desiguais, e que servem ao processo de produção e reprodução da vida social posto pela ordem do capital. Particularmente, no que se refere à compreensão e historicização do masculino, do “ser homem”, é de vital importância não desvincula-la do contexto patriarcal, tendo em vista que ele atravessa nossa forma de sociabilidade e, conforme apontado, serve para encobrir e, ao mesmo tempo facilitar, o processo de construção e manutenção dos antagonismos de classe.

A realidade em que mulheres e homens estão inseridos tem sua base de construção na dinâmica imposta pelo capitalismo. Portanto, entende-se que a compreensão das relações capitalistas de produção e reprodução é base fundante de qualquer análise que se direcione a apreensão das relações desiguais e hierárquicas que se estabelecem entre os seres sociais, homens e mulheres.

O modo capitalista de produção eleva ao máximo todas as contradições inerentes às formações sociais que se assentam na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. A produção e reprodução da ordem capitalista realizam-se na manutenção da apropriação da vida pelo trabalho, espreado sua dominação ideológica, política e econômica em todos os espaços da vida. Assim, a compreensão das relações sociais desiguais entre os sexos e a manutenção da exploração-dominação masculina expressas pela ordem patriarcal requerem o entendimento dessa dinâmica capitalista em sua constituição.

Reflexões sobre o método e a construção do objeto de estudo

Como explicitamos o objeto deste estudo é a relação que se estabelece entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, focando especificamente alguns aspectos que determinam a compreensão da manutenção/vigência da dominação-exploração masculina na contemporaneidade. Nessa direção é um estudo teórico que procura compreender algumas categorias que compõem o real e que também auxiliam para a análise dos processos de transformação da relação entre

o capitalismo e o patriarcado. Obviamente não esgotaremos este tema, mas interessa fundamentalmente abordar como a categoria sexo – natural e inerente ao ser social – é tomada e capturada como marca de desigualdade entre os sujeitos, e como esta “marca natural” se naturaliza e se metamorfoseia na complexificação das relações sociais tendo seu ápice no modo de produção capitalista.

Assim a discussão proposta, á luz da ontologia marxista demanda uma intensa análise teórica, a guisa de oferecer a necessária fundamentação para o desenvolvimento da pesquisa.

Entendendo que a teoria é uma expressão da práxis e constitui uma ferramenta importante e fundamental para a compreensão da realidade, isto é, como bem expressa Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento,

[...]. Mas a teoria [...] tem especificidades: o conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. [Ela é] [...] *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa (NETTO, 2011, p. 20-21).

Portanto, a teoria é o real interpretado e reproduzido do plano do ideal. Assim, “o objeto da pesquisa tem existência objetiva” e o objetivo da pesquisa é apreender a estrutura e dinâmica desse objeto, ou seja, “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2011, p. 21-22).

Nesse sentido, a presente pesquisa busca ir para além da aparência naturalizada da manutenção e vigência do processo de exploração-dominância masculina, buscando compreender como ela se sustenta nos marcos do capitalismo.

Importa ressaltar que o capital se sobrepuja à individualidade dos sujeitos. As relações que se estabelecem na sociedade de classes entre os homens e as mulheres, são atravessadas por relações de dominação-exploração, nas quais os homens se sustentam hegemonicamente em escala desigual e superior. Essas relações são, obviamente, mediadas pelas relações sociais de produção que vão se configurando no

movimento do real e que se estabelecem nos diferentes momentos históricos.

Lukács (2012), ao analisar as categorias ontológicas fundamentais de Marx compreende o trabalho como fundante do ser social. Nesse sentido,

[...] o trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para tornar-se homem do homem, para a formação de suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012. p. 348).

A especificidade fundante do ser social e de todas as suas determinações se dá pelo trabalho. Assim, o trabalho é considerado

[...] a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade. Através dos seus membros [...] transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades (NETTO; BRAZ, 2007. p. 30).

A reprodução do ser social, segundo Lukács (2013), acontece tendo em conta, de um lado que o homem tem como fato ontológico ineliminável sua constituição física, biológica e, de outro lado, que a reprodução ocorre num espaço cuja base é a natureza, mas uma natureza cada vez mais modificada pelo trabalho. Da mesma forma na sociedade, na qual se verifica realmente o processo reprodutivo do homem, encontram-se cada vez menos já prontas na natureza as condições da própria reprodução as quais, ao contrário, ela cria mediante a práxis social dos homens.

Dessa forma, o trabalho - e seus desdobramentos ontológicos - é pressuposto, direta e indiretamente, em todas as manifestações sociais, como bem explicita Marx (2013, p. 255).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo [...]

A partir da citação de Marx vemos que além de ser a atividade fundante do ser social, o trabalho, na medida em que possibilita a transformação da natureza pela humanidade, também oportuniza, por consequência, a transformação do ser social. O trabalho, teleologicamente posto, contém desde o início a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a mera reprodução do trabalhador, e isso provoca alterações internas e externas na organização da sociedade.

De acordo com Lukács (2013, p. 160),

[...] o fato de que do trabalho necessariamente decorrem a fabricação de ferramentas e a utilização de forças da natureza (fazer fogo, domesticar animais etc.) faz aparecer, em certos estágios evolutivos, aqueles pontos nodais, que provocam uma mudança qualitativa na estrutura e na dinâmica de sociedades singulares, [como a criação das bases objetivas para a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo, que tem como

base de seu sistema o valor de uso da força de trabalho].

A divisão do trabalho, originalmente baseava-se num princípio de diferenciação biológica. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas e o conseqüente aumento da riqueza, alteram essa divisão primária, surgindo uma segunda ordem. Recorrendo a Engels (2009), citado por Lukács, podemos observar que

Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho. Engels demonstra que a posição da mulher na vida social depende de que a multiplicação da riqueza empreste às funções econômicas do homem um peso maior que às da mulher; num estágio mais primitivo, era o inverso. Evidencia-se, portanto, [...] que a estrutura social surgida em cada estágio de desenvolvimento da reprodução determina, em última instância, as formas de uma relação biológica tão elementar quanto a sexual. Esse estado de coisas é evidente em todos os domínios (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Deste modo, a divisão sexual do trabalho não está fora da divisão social do trabalho, ao contrário, ela é inerente à forma de organização do trabalho, subsumida ao capital, portanto, as formas ideológicas, políticas, culturais, estão direcionadas para que esta “divisão sexual” funcione como mais uma maneira, uma dimensão ao movimento estabelecido. Se for homem ou mulher importará aos benefícios da valorização do valor, encoberta sobre diferentes formas, que inclusive poderão aparecer muitas vezes até “progressistas” em relação à mulher, mas, no fundo sempre serão em favor da perspectiva de produção de maior lucro.

Isto não elimina a condição de ser mulher e ser homem sob a ordem patriarcal, e mesmo de combater esta posição, já que se tem como pressuposto – e defendemos nesta dissertação - que a luta é pela emancipação do sujeito, seja ele mulher ou homem, seja sua posição feminina ou masculina, sendo que tal emancipação é o que lhe permite ser um *ser social* potencialmente livre. Por isso hábitos e costumes que representam a lógica adequada a cada sexo na sociedade de classes precisam ser naturalizados, tendo em vista que estes (re)produzem a lógica de acumulação capitalista que limita enormemente as potencialidades dos sujeitos.

Nas sociedades de classes, especificamente no capitalismo, dado sua alta necessidade de limitação das potencialidades humanas, fatores de ordem natural, como os apontados anteriormente, são tomados, aparentemente, como determinantes da hierarquização social e mesmo limitantes do processo de expansão do capital.

Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, é a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva. Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social *de jure*, não cabe pensá-los como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. Ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-las como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção. Do mesmo modo como é necessário desvendar, sob a aparência do trabalho inteiramente não remunerado e de trabalho inteiramente remunerado, um *quantum* de trabalho necessário e um *quantum* de trabalho excedente, há que se desnudarem: os *status* adquiridos que, nas sociedades pré-capitalistas, se ocultam sob a aparência de *status* atribuídos; os *status* atribuídos que, nas sociedades de classes, assumem a forma aparente de *status* adquiridos através do processo da competição (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

Esta desigualdade em relação aos caracteres naturais, notadamente os de sexo, é sustentada e estabelecida pelo patriarcado, que se apresenta como uma das dimensões que conformam as relações entre os sujeitos. O patriarcado, - entendido como uma categoria histórica - anterior ao capitalismo¹⁰ é reconfigurado às funcionalidades

¹⁰ Para Silvia Federici (2015) “Las investigaciones históricas han demostrado que con el desarrollo del capitalismo, es decir con el paso del feudalismo al capitalismo, hubo un pasaje violento, porque el desarrollo del capitalismo fue como la contrarrevolución en un momento de crisis del feudalismo. El capitalismo dio una nueva fundación a las relaciones patriarcales; el capitalismo se ha apropiado de los elementos de la relación patriarcal del feudalismo, pero

do atual modo de produção, tendo em vista que, como uma organização que situa os sujeitos desigualmente, principalmente a partir de caracteres naturais, como o sexo, serve para encobrir os antagonismos de classe, na medida em que “justifica” estes antagonismos por uma pretensa naturalidade (assim como o racismo) e contribui para deslocar o enfrentamento da questão cerne estruturante da sociedade capitalista.

Nesse sentido a relação entre os sujeitos passa a ser central na constituição do ser social. Assim, as relações que se estabelecem entre homens e mulheres partem de um dado biológico, o sexo, e são cada vez mais sociais na medida em que são transformadas pela cultura. Ou seja, as relações puramente biológicas entre os sexos têm, necessariamente, uma condicionalidade social no que se refere às suas formas e conteúdos.

Esta relação, na sociabilidade burguesa, assim como a constituição das demais relações sociais, é necessariamente desigual e, atravessada pelo vetor patriarcal estabelece um processo de exploração-dominação dos homens sobre as mulheres. A sociabilidade burguesa jamais conseguirá superar a opressão da mulher. Vejamos esta questão nas palavras de Lukács (2013, p. 175).

A intimidade erótica de cunho burguês jamais conseguiu superar realmente a opressão da mulher; disso surgiu uma vasta escala que vai da falsa consciência de sincera extrapolação até a hipocrisia.

Na medida em que o capitalismo estende seus domínios, ele expropria os/as trabalhadores/as de seus meios de vida e de sua força trabalho, tornando o trabalho cada vez mais coletivo e a apropriação de seu produto cada vez mais privada. Quer dizer, aquilo que é produzido pelo trabalhador na esfera privada, torna-se social na medida em que é demandado por necessidades coletivas capitalistas de valorização do valor. Este processo constitui as relações entre os indivíduos sociais que, por seu turno, são mediatizadas pela mercadoria que produzem, que adquire um valor monetário que deve gerar lucro aos possuidores dos meios de produção.

Os produtos do trabalho têm, portanto, um valor de uso, que é expresso pela sua capacidade de satisfazer diretamente a necessidade de

lo ha transformado y ha dado nuevas funciones para sus fines sociales y económicas.

seus produtores e, no capitalismo, devem ter um valor de troca¹¹ que se expressa através do tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, é a dimensão quantitativa dos produtos do trabalho. O tempo de trabalho socialmente necessário é determinado pelo tempo médio que um trabalhador, em determinado período histórico, leva para a produção de determinada mercadoria.

Nos marcos do atual modo de produção, há uma forte cisão entre valor de uso e valor de troca, em que este último atravessa todos os artigos produzidos e os determina como mercadoria, determinando inclusive a própria força de trabalho¹², tendo em vista que o trabalhador e a trabalhadora não produzem mais diretamente para seu consumo, ou seja, produzem mercadorias que não expressam diretamente suas necessidades enquanto produtores singulares, ao mesmo tempo em que reproduzem sua força de trabalho como mercadoria.

Nesse sentido, e como já explicitamos, a reprodução do modo de produção capitalista, é atravessada desde sua gênese por relações sociais de produção desiguais e hierárquicas. Tal reprodução, inerente a este modo de produção, requer a construção e manutenção de relações sociais desiguais.

Nesse contexto, a posição hierárquica e inferior das mulheres em relação aos homens, que vem sendo construída há milênios, desde antes

¹¹ “A mercadoria é valor de uso – ou objeto de uso – e ‘valor’. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que seu valor possui uma forma de manifestação própria, distinta de sua forma natural, a saber, a forma do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada de modo isolado, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de outro tipo. Uma vez que se sabe disso, no entanto, aquele modo de expressão não causa dano, mas serve como abreviação” (MARX, 2013, p. 136).

¹² “O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, consequentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX, 2013, p. 245).

do modo de produção atual, garante que esta configuração seja potencializada, na medida em que destina espaços sociais diferenciados para ambas as categorias de sexo, homens e mulheres. Estas últimas em posição subalternizada, que também serve para elevação do montante de trabalho excedente. Dessa forma, faz-se necessário também analisar o lugar que as relações sociais de sexo situam os diferentes sujeitos, particularmente os homens, tendo em vista que,

Por se ter deixado iludir com a identificação da masculinidade com a capacidade de mando, o homem consente na competição desigual de que são atores representantes das duas categorias de sexo, com desvantagens para as mulheres, contribuindo assim, enormemente, para a preservação de um status quo reificante. Neste contexto, ganha nova dimensão a asserção de Simone de Beauvoir de que “o problema da mulher sempre foi um problema dos homens”. Como um dos agentes do processo de mistificação da mulher, o homem, tanto burguês quanto proletário e, sobretudo pertencente aos estratos sociais médios, presta colossal auxílio à classe dominante e mistifica-se a si próprio (SAFFIOTI, 1979, p. 41).

Entende-se, portanto, que a compreensão da categoria patriarcado de uma forma ampla torna-se necessária, na medida em que ela exprime a manutenção de processos desiguais e hierarquizantes estabelecidos na e pela ordem capitalista. O que significa que o patriarcado se conforma enquanto um sistema de dominação-exploração funcional à ordem do Capital, e que contribui para sua sustentação, na medida em que, ao tomar os caracteres naturais desigualmente, situa e potencializa também nesses termos as desigualdades de classes.

Dessa forma, o presente texto está organizado em dois capítulos. O primeiro deles, sob o título “*Considerações sobre a Conformação das Relações Sociais entre os Sexos*”, intenta perquirir as dimensões que sustentam as relações sociais desiguais entre homens e mulheres na ordem capitalista. Para tanto lança mão das discussões propostas por Mézáros (2002) sobre a reprodução sociometabólica do capital; realiza breve incursão ao debate sobre relações sociais de sexo e relações de gênero. Entendeu-se importante adentrar nesta seara, tendo em vista o debate presente nos movimentos e teorizações feministas já que muitos deles dão prioridade ao gênero em detrimento da compreensão das

relações sociais de sexo. Entretanto, nossa compreensão, durante o percurso da pesquisa, nos direcionou para uma retomada do conceito de relações sociais de sexo, principalmente a partir das autoras francesas, Jules Falquet (2008, 2008a, 2012, 2014) e Devreux (2005) e da pesquisadora brasileira, Mirla Cisne (2012, 2014).

Ainda neste capítulo, apresentamos a discussão sobre a divisão sexual do trabalho, sustentada por Helena Hirata (2002) e Claudia Mazzei Nogueira (2013, 2014), procurando os nexos que situam o masculino como superior e determinante da configuração das relações sociais entre os sexos, para ao final, tensionar a produção dos homens/masculinos a partir da lógica de dominação-exploração explicitada pelo patriarcado.

Desse modo, no segundo capítulo, intitulado “*O Patriarcado e Ordem Capitalista*”, indicamos, principalmente a partir de Heleith Saffioti (2013 [1979], 1990, 1995, 1999, 2001, 2004, 2009), Cristine Delphy (2009) e Colette Guillamin (2005), o patriarcado como um dos eixos sustentadores da ordem capitalista, entendendo que este nomeia as relações sociais sexo e pauta a estruturação da dominação-exploração masculina. A discussão está organizada a partir de dois subtítulos: *As origens das discussões sobre o patriarcado e sua vigência*; e *Ordem patriarcal e as dimensões que sustentam a exploração-dominação masculina* objetivando sustentar a relevância deste debate para a explicitação das dimensões das relações desiguais e hierárquicas produzidas – e que amparam- no modo de produção capitalista.

A análise ora realizada pretende fornecer bases para uma reflexão sobre aspectos da construção e manutenção da dominação-exploração masculina, e sua objetivação nas relações sociais de produção estabelecidas na e pela ordem do capital.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS SEXOS

“É preciso arrancar da boca do silêncio a comida da palavra e deixar que se semeie por aí à solta, porque o ódio, esse pega de estaca”.

(Ana Paula Tavares, 1998)

Na peça *El amo del mundo*, escrita em 1927, a poeta argentina Alfonsina Storni (2010), faz a seguinte anotação sobre uma das personagens: “Por ser hombre se cree un poco amo del mundo. La mujer puede ser a su lado el capricho, la distracción y hasta la locura. Pero nunca otro ser de igual limpieza moral”. Ao pensarmos questões sobre as desigualdades existentes entre os sexos, no modo de produção capitalista, não podemos desconsiderar que a construção e manutenção dos homens (enquanto categoria social), hegemonicamente como dominantes, se dão com a participação de todos os sujeitos envolvidos, os homens e as mulheres.

Portanto, ter os homens, de um lado, crendo-se¹³ um pouco mestres/donos do mundo e colocando as mulheres em posição subalternizada; e as mulheres, de outro lado, crendo-os mestres/donos e também se colocando nesta posição subalternizada¹⁴, pode incorrer na dificuldade/impossibilidade de que ambas as categorias de sexo se visualizem como sujeitos na (re)produção e manutenção do processo de exploração-dominação das mulheres. Homens e mulheres, historicamente situados, constroem e (re)produzem as relações sociais de produção.

Os homens e as mulheres são seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamento; estas relações sociais,

¹³ A construção do desigualdade entre os sexos é uma determinação geral da ordem do capital e faz com que todos e todas participem desta conformação, logo, aqui o sentido de “crer-se” homem e “crer-se” mulher não é algo ideal, mas sim dado na materialidade concreta da vida.

¹⁴ Fato já apontado desde há muito, por Simone de Beauvoir (2009), que identificou a identidade masculina ao mesmo tempo como o positivo e o neutro, o sujeito e a identificação da feminina como o negativo, o outro.

historicamente construídas, vão influenciar na maneira que a sociedade se organiza para produzir social, material, e politicamente, e vão implicar sobre as normas, valores, sentimentos e pensamentos das pessoas (GEHLEN, 1998, p. 426).

A estrutura das relações sociais, no capitalismo, é definida pela forma como está organizado o modo de produção no qual elas estão inseridas, por isso são, nos termos de Marx, relações sociais de produção.

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. [...]. Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais (MARX, 2009, p. 125 – 126).

As categorias de sexo, portanto, constroem-se, nas relações sociais de produção e são a elas intrínsecas e funcionais. Ser homem só pode ser pensado em relação ao ser mulher¹⁵, e ambos somente a partir de sua (re)produção no e pelo do sistema sociometabólico do capital, ou seja, ser homem trabalhador e ser mulher trabalhadora não é o mesmo que ser mulher e ser homem burguês.

De acordo com Mézszáros (2002, p. 781),

As características essenciais que definem todas as possíveis formas do sistema do capital são: a mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si

¹⁵ “Uma vez que nas nossas sociedades as duas categorias de sexo cobrem a totalidade do campo social, parece lógico que qualquer especificidade de uma se defina apenas em relação com a especificidade da outra, e que uma e outra não possam ser estudadas isoladamente, pelo menos antes de terem sido totalmente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural” (MATHIEU, 1991, p. 37).

mesmo” (MARX) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada.

Assim, as formas de relacionamentos que se estabelecem entre os diferentes sujeitos e que, por isso mesmo os produzem, só podem ser pensadas, no modo de produção capitalista, a partir da forma hierárquica e fetichizada de controle da atividade produtiva humana estabelecida para, num movimento constante e sempre crescente, lhe extrair a maior quantidade possível de trabalho excedente¹⁶.

A partir desta conformação, o sistema capitalista se organiza por uma articulação dinâmica das inúmeras/diversas partes que o compõem/constituem, isto é, um sistema de mediações, e cada mediação é inerentemente contraditória, já que são produzidas dentro da realidade capitalista que é inerentemente contraditória. É a esta estrutura que os sujeitos devem se integrar e se adaptar.

Conforme Mészáros (2002, p. 212) em sociedades anteriores ao capitalismo, o sistema sociometabólico é desenvolvido através de mediações primárias, que tem por finalidade a preservação/manutenção da reprodução do indivíduo e da sociedade. “Isso significa assegurar e salvaguardar as condições objetivas de sua reprodução produtiva”. As mediações primárias são o eterno metabolismo entre a humanidade e a natureza.

Tais mediações são “[...] necessárias para todas as formas viáveis de reprodução social [...] e não implicam o estabelecimento de *hierarquias estruturais* de dominação e subordinação como a estrutura necessária da reprodução sociometabólica” (MÉSZÁROS, 2009, p. 192). São elas:

- A regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade biológica reprodutiva e o tamanho da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis;
- A regulação do processo de trabalho por meio do qual o necessário intercâmbio da

¹⁶ “O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador” (MARX, 2013, p. 293). No capitalismo, esta apropriação do excedente é caracterizada sob forma do mais-valor relativo, que “[...] deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho [trabalho necessário e trabalho excedente]” (*ibid.* p. 390).

comunidade com a natureza possa produzir os bens necessários para a satisfação humana, como também as ferramentas de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento apropriados pelos quais o próprio processo produtivo possa ser mantido e aprimorado;

- O estabelecimento de relações de troca adequadas sob as quais as necessidades historicamente cambiantes dos seres humanos possam ser interligadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos disponíveis – incluindo os culturalmente produtivos;

- A organização, a coordenação e o controle da multiplicidade de atividades por meio das quais as exigências materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólico bem-sucedido de comunidades humanas progressivamente mais complexas possam ser asseguradas e protegidas;

- A alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios de reprodução da sociedade dada, na medida do viável sobre a base de um nível de produtividade alcançável e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas;

- E a promulgação e administração de regras e regulamentos da sociedade dada como um todo, em conjunção com outras funções e determinações primárias mediadoras.

Porém, nas sociedades capitalistas, tais mediações são profundamente transformadas, tendo em vista a necessidade de subordinação de todas as relações sociais à lógica de acumulação de capital. Portanto, ainda de acordo com Mészáros (2009, p. 193) emergem as mediações de segunda ordem¹⁷, que tem por pressuposto a

¹⁷ As mediações de segunda ordem - mediações secundárias, para Lukács (2013), são inerentes a complexificação das relações sociais, quer dizer que no socialismo estas mediações também existem/existirão. Elas são o movimento do real, a questão é que nessa complexificação estes pores teleológicos secundários que geram e são mediações e que influem nos grupos ou pessoas a fazerem as intencionalidades desses que “exploram”, no caso desta sociabilidade estão

adequação de todas as formas de reprodução às necessidades de expansão e de alienação do sistema sociometabólico do capital. Tais mediações podem ser apresentadas como se segue:

- A família nuclear¹⁸, articulada como o “microcosmo” da sociedade, o qual, além de seu papel na reprodução da espécie, participa em todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, incluindo a mediação necessária das leis do Estado para todos os indivíduos e, assim, diretamente necessária também para a reprodução do Estado;
- Os meios de produção alienados e suas “personificações” por meio das quais o capital adquire “vontade férrea” e consciência rígida, estritamente demandado a impor sobre todos a conformidade com relação às exigências objetivas desumanizantes da ordem sociometabólica dada;
- O dinheiro assumindo uma multiplicidade de formas mistificantes e progressivamente mais dominantes no curso do desenvolvimento histórico, chegando ao domínio total do sistema monetário internacional dos dias de hoje;
- Objetivos de produção fetichistas, submetendo de uma forma ou de outra a satisfação de necessidades humanas (a e a provisão correspondente de valores de uso) aos imperativos cegos da expansão e acumulação do capital;
- Trabalho estruturalmente divorciado da possibilidade de controle, seja nas sociedades capitalistas, nas quais deve funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, seja sob o controle pós-capitalista do capital sobre a força de trabalho politicamente dominada;
- Variedades de formação de Estado do capital em seus terrenos globais, nos quais podem confrontar-se uns contra os outros (por vezes com os mais violentos meios, deixando a humanidade à beira da autodestruição), como Estados nacionais

orientadas, manipuladas e fetichizadas para que o “outro” não seja sujeito de decisão, senão objeto de manipulação.

¹⁸ Esta dimensão será especificamente debatida no segundo capítulo.

orientados a si mesmos;

- E o descontrolado *mercado mundial* em cuja estrutura os participantes, protegido por seus respectivos Estados nacionais por meio das relações de poder dominantes devem se acomodar às precárias condições de coexistência econômica enquanto se empenham em obter a mais alta vantagem praticável para si ao ludibriar suas contrapartes concorrentes, aqui lançando inevitavelmente as sementes de mais conflitos destrutivos.

As mediações materiais contraditórias, das quais o sistema do capital é constituído, entretanto, não foram todas produzidas em seu bojo. Algumas delas são existentes anteriormente à ordem capitalista, mas no momento em que esta ordem se tornou hegemônica, tais mediações vieram a constituir seus componentes fundamentais como, por exemplo, as relações sociais de sexo e a divisão hierárquica do trabalho¹⁹ - que antecedem historicamente a forma capital sendo, entretanto, radicalizadas por este -, assim como as formas de dominação historicamente precedentes ao capitalismo, aí incluídas a dominação dos homens sobre as mulheres, expressada pela ordem patriarcal²⁰.

De acordo com Iasi (2014, p. 126),

[...] entender o caráter de nossa atual sociedade como patriarcado capitalista, ou seja, que embora incorpore a necessária diferenciação entre dominação e opressão patriarcal e dominação e exploração de classes sob o capitalismo, concebeu não uma polarização mecânica, senão que uma interação dialética onde a exploração de classe pode e, na realidade, se dá por mediações em que uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, hierarquização de poder e funções segundo o sexo.

No que se refere especificamente à subordinação, hierarquização, desigualdade das mulheres em relação aos homens, a ordem do capital,

¹⁹ Mediação particular que adquire novas determinações (coaduna com as demais) e compõe a especificidade do complexo do trabalho como processo acumulativo e expansivo de exploração do capital excedente.

²⁰ A discussão sobre patriarcado, ordem patriarcal e capitalismo será trabalhada no segundo capítulo.

não foi responsável por produzir tal forma de relação, entretanto, uma vez que o sistema se tornou dominante, essa relação passou a compor sua forma de organização, já que ela contribui para a realização do propósito de exploração material da ordem capitalista.

Foi somente o modo de produção capitalista que provocou a transformação da sociedade e trouxe consigo a moderna questão da mulher por meio da destruição do sistema econômico da velha família, que fornecia tanto um modo de vida, quanto um sentido para a vida das grandes massas de mulheres durante o período pré-capitalista (ZETKIN, 2014, p. 150).

A organização capitalista tem, portanto, como uma das formas de sua sustentação, a hierarquização das relações sociais segundo o sexo. Ou seja, caracteres naturais, como o sexo, são elaborados sócio-culturalmente e tomados de maneira desigual operando como fator de discriminação e hierarquização social. Mas a elaboração destes fatores se dá, pois, tendo como base fundante a determinação predominante posta pela ordem capitalista, que tem nas relações de produção, mediatizadas pelo trabalho, seu momento privilegiado. Segundo Saffioti (2013, p. 60)

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. [...] até o presente nenhuma sociedade de classes extirpou definitivamente esta elaboração social de fatores naturais, [...] pode-se pensar na manutenção desses caracteres não

passíveis de mudança, que passariam a responder pelas necessidades do sistema de produção de bens e serviços de modo cada vez oneroso [...]. A perpetuar-se essa tendência, o sexo operaria como fator de discriminação social enquanto perdurasse o modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção.

Daí a importância de conhecer os mecanismos que garantem a superioridade dos homens em relação às mulheres a partir da lógica de acumulação do capital que vai além de fatores culturais que, em tese, poderiam ser desconstruídos sem alteração radical da ordem sobre a qual tais fatores se sustentam e reproduzem, ou, melhor dito, da ordem em que tais fatores são construídos, sustentam e representam.

No caso da construção social do masculino, tomada em sua posição de dominação, de opressão e de exploração, a constatação desta posição por parte dos sujeitos não indica, por si só, a sua superação, tendo em vista que na trama das relações sociais e da reprodução do capital, ela é justamente uma de suas sustentações. Assim, os posicionamentos individuais, ainda que relevantes para a conformação de novas formas de relações sociais, não produzem, por si só, alterações estruturais nas relações sociais que constituem os processos de opressão entre os sujeitos.

A superação da condição de opressor não passa pela posição teórica ou ideológica que alguém possa ter, não é, portanto, um simples ato de vontade. A opressão é fruto de uma relação social estabelecida, na família onde ocorre sua mediação concreta e mais determinante, e em todo o tecido social. Nesse sentido não se supera a condição de opressor decidindo não sê-lo (IASI, 2014, p. 136).

Mészáros (2002) afirma que dentro da ordem capitalista é possível a construção de alguns relacionamentos igualitários entre homens e mulheres, mas que estes não passam de casos isolados dentro do hegemonicamente posto nas relações sociais entre os sexos. Assim, os microcosmos que constroem as relações sociais – neste caso, especificamente a família patriarcal - estabelecem uma relação dialética com o macrocosmo, ou seja, com o quadro de controle sociometabólico capitalista, sendo este o momento predominante - *übergreifendes Moment* – da relação. Ou seja, as mais singulares relações são atravessadas pela determinação predominante do sistema de valores do controle

metabólico do capital.

O menor de todos os “microcosmos” da reprodução deve sempre proporcionar sua participação no exercício global das funções sociometabólicas, que não incluem apenas a reprodução biológica da espécie e a transmissão ordenada da propriedade de uma geração à outra. Nesse aspecto, não é menos importante seu papel essencial na reprodução do sistema de valores da ordem estabelecida da reprodução social, totalmente oposto - como não poderia deixar de ser - ao princípio da verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p. 270).

Por isso a necessidade de ir para além das análises que consideram apenas a reprodução das relações desiguais e hierárquicas entre os sujeitos em suas relações mais individuais, tendo em vista que, como visto anteriormente, essas relações são engendradas e sustentam o quadro de controle do capitalismo. Portanto, as análises devem ir além da aparência imediata da construção dessas relações e considerar o modo de produção e reprodução social da vida bajo tais relações são necessárias.

Mirla Cisne (2012, p. 129), ao analisar a organização desta relação afirma, sustentada em Mézáros, que “[...] a desigualdade entre homens e mulheres não deixará de existir, seja no macrocosmo, seja no microcosmo, caso não se desafie diretamente o capital, uma vez que esse impõe a desigualdade em todas as esferas sociais”. Dessa forma, as relações sociais são construídas na e pela base material de produção e reprodução da vida, necessariamente desigual e hierarquizante, do modo de produção capitalista que, por seu turno, assimila caracteres naturais – como o sexo – dos seres sociais, como marcas de desigualdade. Esta organização constitui as relações sociais de sexo.

Neste ponto, faz-se necessário um esclarecimento quanto à utilização da categoria *relações sociais de sexo*. Recorremos ao belo trabalho de Mirla Cisne (2014) que, sustentada pela produção teórica e militância das feministas francófonas afirma que tal categoria corresponde mais diretamente à perspectiva teórica proposta. No francês, esta categoria é denominada *rappports sociaux de sexe* e não *relations sociaux de sexe*. Vejamos:

No francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa

relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations*, diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rappport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes (CISNE, 2014, p. 62).

É, portanto, no sentido de *rappport* [mais amplo] que utilizaremos aqui a palavra relações. Ainda, de forma mais esclarecedora, Falquet (2012, p. 138, tradução nossa) indica que:

As relações sociais se estabelecem num nível microsocial, são relações interindividuais. Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente. As *rappports* sociais estão em um nível macrossocial, estrutural. Elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indiretamente, coletivamente²¹.

Ou seja, quando falamos de relações [*rappports*] sociais de sexo, a compreensão que se coloca é que tais relações constituem o sistema societário e devem, destarte, ser consideradas e analisadas para almejar-se a possibilidade de uma real transformação das relações sociais postas e do sistema societário que as (re)produzem.

O conceito de *rappports* sociais, [...] permite pensar ao mesmo tempo a sociedade, os indivíduos e as classes. As *rappports* sociais podem efetivamente ser vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizações no campo social com mais ou menos força segundo o lugar em que se encontra a *rappport* de origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem compreender melhor a posição relativa de diferentes sujeitos sociais

²¹ “Les relations sociales relèvent d’un niveau micro-social, celui des relations inter-individuelles. Elles sont relativement faciles à modifier, même individuellement. Les rapports sociaux, eux, ressortent d’un niveau macrosocial, structurel. Ils se jouent entre groupes et ne peuvent être perçus ou transformés qu’indirectement, collectivement”.

submissos, simultaneamente, a várias dessas relações de força, que se exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas²² (FALQUET, 2012, p. 13, tradução nossa).

Dessa forma, quando apresentarmos separadamente classe social, sexo e raça/etnia, estes serão apresentados sempre no sentido de relações [*rappports*] sociais colocado acima, tendo em vista que são esferas do tensionamento que constrói a relação social capitalista. De outro lado, tais relações conformam um sistema – classe/sexo/raça-etnia – que caracteriza o atual modelo societário. Nas palavras de Saffioti (2004), formam o nó/sistema patriarcado-racismo-capitalismo.

O sentido posto de relações sociais aqui está ancorado, portanto, na compreensão de que as relações sociais construídas pelos diferentes sujeitos tem uma base material – já indicada anteriormente – e se constituem por relações antagônicas, posto que esta base material, dada pelo trabalho no modo de produção capitalista é intrinsecamente antagônica. Nesta compreensão, Devreux (2005, p. 566) perquire um caminho teórico que permite “[...] apreender as relações sociais de sexo na complementaridade do funcionamento social – e apesar dessa complexidade -, particularmente apesar da dificuldade que representa a articulação das relações sociais de sexo com as relações [sociais] de classe, de raça ou de idade”.

Para tanto, ao conceitualizar a categoria relações sociais de sexo, a autora indica a existência de duas frentes enoveladas: as atividades das relações sociais de sexo e as suas propriedades formais. As primeiras são expressas pela divisão sexual do trabalho, divisão sexual do poder e pela categorização do sexo. As últimas

[...] são características formais sob as quais essas relações aparecem no espaço social, por meio do partilhamento desse espaço em esferas ou campos,

²² “Le concept de rapports sociaux en revanche, que je développe au chapitre 5, permet de penser à la fois la société, les individus et les classes. Les rapports sociaux peuvent en effet être vus comme des tensions dynamiques, sans cesse en recomposition, qui construisent des oppositions et polarisent le champ social avec plus ou moins de force selon le point où l’on se trouve par rapport à l’origine de ces tensions. En ce sens, ils permettent aussi bien mieux de comprendre la position relative des différents sujets sociaux soumis simultanément à plusieurs de ces rapports de force, qui s’exercent sur différents plans, autorisant une vision multidimensionnelle et historique des choses”

como a esfera do trabalho produtivo, da família, da escola, do político, etc. Trata-se do caráter transversal, do caráter dinâmico e do caráter antagônico das relações sociais de sexo (DEVREUX, 2005, p. 566).

As propriedades formais das relações sociais de sexo permitem, por seu turno, compreender o funcionamento específico destas e apreender sua forma de construção na sociedade capitalista. A transversalidade indica que são encontradas por todas as instâncias da sociedade e se articulam com outras determinações, agem mesmo quando a figura física investida de poder não está representada.

A dinâmica das relações sociais de sexo

[...] implica que essas relações se desenvolvem segundo sua própria lógica, mesmo que essa lógica esteja em interação com aquelas de outras relações sociais, sejam de classe, de raça ou de geração. Isto significa que elas não evoluem somente porque a relação capital trabalho se modificava [...]. O progresso social em favor das classes trabalhadoras não significa, automaticamente, o progresso em favor das mulheres, enquanto mulheres dominadas pelos homens: a degradação do mercado de trabalho, por exemplo, frequentemente conduz a uma degradação acentuada no nível de emprego para as mulheres²³, pelas desigualdades de sexo e pela inferiorização social das mulheres (DEVREUX, 2005, p. 574).

E, por fim, o caráter antagônico é expresso tendo em vista que a existência de uma relação social supõe a antagonismo entre dois grupos; “[...] do ponto de vista do devir da dominação de sexo, os interesses dos homens e das mulheres opõem-se radicalmente” (DEVREUX, 2005, p 577). Esta noção permite compreender o caráter específico da luta das mulheres, bem como o lugar de dominação atribuído aos homens (como categoria social). E, dessa forma, permite indicar explicitamente a necessária luta pela emancipação humana que é atravessada, portanto, pela superação das relações sociais de sexo antagônicas, assim como as de raça/etnia e de classe.

²³ Ver compêndio de artigos organizados por Hirata e Segnini, 2008.

Quanto à proposta de análise acima apresentada, acreditamos que é um caminho interessante para a compressão das diversas formas de materialização das contraditórias relações sociais de sexo, entretanto, tanto as atividades como as propriedades formais das relações sociais de sexo possuem um fundo comum sobre o qual se sustenta, expresso, no limite, pela divisão sexual do trabalho²⁴. Especificamente entendemos que o antagonismo, ou seja, a oposição indissolúvel somente ocorre entre as classes, sendo estas atravessadas, em sua composição, pelas dimensões de relações desiguais também produzidas e construídas sobre os caracteres naturais de sexo (e de raça/etnia).

Isto posto, para a discussão ora proposta, que se refere à análise da manutenção da dominação-exploração masculina, concordamos com Devreux (2005, p. 562), que afirma que a relação entre homens e mulheres constitui uma relação social, portanto, conforme exposto acima, uma relação social de sexo. Dessa forma, não se fará recurso ao conceito de gênero, ainda que este seja mais frequentemente utilizado, principalmente, nas discussões teóricas que pretendem analisar a desigualdade entre homens e mulheres. De acordo com a autora, “o gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que [...] é resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação”.

Entendemos que a categoria de relações [*rappports*] sociais de sexo, além de nomear explicitamente os sujeitos que constituem esta relação desigual, não abstrai o antagonismo de classes e a centralidade do trabalho dos estudos feministas (CISNE, 2014). A utilização do conceito de gênero, por seu turno é, muitas vezes “[...] destituída da noção de hierarquia entre os sexos e outras desigualdades estruturantes, como as de classe, inaugurando um outro contexto ou mesmo uma nova conotação teórico-política para o feminismo” (CISNE, 2014, p. 63). Tal conotação pode ser tendencialmente bem menos confrontante e mais institucionalizada, como podemos observar em diversas formas de militâncias feministas, principalmente a partir dos anos 90 no Brasil.

No que se refere à afirmação acima, Falquet (2012, p. 108, tradução nossa) indica que o gênero,

[...] é introduzido na região [Estados Unidos] principalmente pelos teóricos(as) praticantes da cooperação, governamental ou multilateral. Embora muitas vezes usados de forma

²⁴ A divisão sexual do trabalho será debatida no próximo item.

indiscriminada, muitas vezes para evitar o estigmatizado termo “*feminismo*” ou para fornecer um “*plus*” para a palavra “mulher” – o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente para conhecer a teoria do “*sistema sexo-gênero*”, cada uma aprende que gênero é uma construção social, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo). Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é muitas vezes apagada. Quanto às outras *rappports* sociais, elas simplesmente desaparecem. Por outro lado, cada vez mais, acrescenta-se à sexualidade, especialmente *gay* e *queer*, a palavra gênero, a tal ponto que as mulheres quase desaparecem deste discurso para serem substituídas pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra *gays* e *trans*²⁵.

No Brasil, o gênero é introduzido principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, com a declaração do Ano Internacional da Mulher²⁶ - 1975, e início da década de 1980, com a formação dos primeiros núcleos de estudos de gênero. Na década de 1990, criam-se as principais organizações não-governamentais - ONG’s

²⁵ “[...] le genre est introduit dans la région principalement à travers les théoricien-ne-s et les pratiquant-e-s de la coopération, gouvernementale ou multilatérale. Quoique souvent utilisé à tort et à travers —souvent pour éviter le terme stigmatisé de « féminisme » ou pour apporter un « plus » au mot « femme »—, le genre introduit aussi un renouveau théorique. Pour certaines, il permet de dénaturer l’oppression des femmes : au cours des milliers d’ateliers qui ont été organisés sur le continent pour faire connaître la théorie du « système sexe-genre », chacune apprend que le genre est une construction *sociale*, même si elle est basée sur une différence biologique (le sexe). Dans ces formations accélérés sur le genre, la notion de hiérarchie entre les sexes est souvent gommée. Quant aux autres *rappports* sociaux, ils disparaissent purement et simplement. Par contre, de manière croissante, on accole la sexualité, surtout *gay* et *queer*, au mot genre —à tel point que les femmes disparaissent quasiment de ce discours pour être remplacées par des préoccupations et des financements concernant la discrimination contre les hommes *gays* et *trans*”.

²⁶ Ano da Oficialização e início do patrocínio pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março.

– dentre elas, CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria e Católica pelo Direito de Decidir.

Nesse período os estudos no âmbito da academia também se fortalecem. As principais revistas que abordam exclusivamente a temática feminista datam de 1991, Revista Estudos Feministas, primeiramente alocada no Rio de Janeiro, e, em 1999, estabelecida em Santa Catarina; e Cadernos Pagu, de 1993

É na década de 1990 que se visualiza o surgimento das grandes redes de pesquisa – REDEFEM - Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas; REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de gênero; Liga Brasileira de Lésbicas - LBL. Os estudos feministas e de gênero se tornam um campo de importância acadêmica, e consolidam-se quatro grandes centros interdisciplinares de pesquisa: PAGU, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ; Núcleo de Estudo Interdisciplinares da Mulher - NEIM, na Universidade Federal da Bahia - UFBA, com cursos de graduação, mestrado e doutorado em gênero; Instituto de Estudos de Gênero - IEG, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Percebe-se, com a breve contextualização realizada acima sobre a introdução do conceito de gênero no Brasil, que ele está bastante vinculado à academia, organizações governamentais e não-governamentais. Este fato corrobora a afirmação de Falquet (2012) e Cisne (2014) sobre a inauguração de um novo contexto de luta mais institucionalizado e menos confrontante.

Reconhecemos, entretanto, os diversos avanços conquistados pelas militantes e estudiosas que construíram e constroem suas produções sustentadas pelo conceito de gênero, porém, entendemos que este além de ser resultado da relação social de sexo, tira o foco do antagonismo de classes que, no limite, constituem o sistema de reprodução sociometabólico do capital e atravessa a conformação de todas as relações desiguais e hierárquicas dele decorrentes.

Conforme aponta Saffioti (2004), o Gênero é uma categoria ontológica, constitutiva do ser social²⁷, que comporta as relações

²⁷ De acordo com Lukács (2013, p. 201), “O ser social só existe na sua ininterrupta reprodução, a sua substância enquanto ser está sempre em transformação e consiste precisamente nisso: a mudança incessante no curso da reprodução produz continuamente os traços substanciais específicos do ser social, numa escala quantitativa e qualitativa cada vez mais ampla. Como surgiu

humanas em suas mais diversas conformações, não aponta explicitamente as relações desiguais entre homens e mulheres.

Outra autora, também se referindo ao gênero, corrobora com esta afirmação. Vejamos:

A utilização do conceito de relações de gênero, não define, *a priori*, os sentidos das mudanças, e permite construir metodologicamente uma rede de sentidos, quer divergentes, convergentes ou contraditórios O conceito de gênero [...] abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas [...]. O conceito de gênero, [...], não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (MACHADO, 2000, p. 3-4).

Seguindo esta lógica, Machado (2000) elenca algumas vantagens sobre a utilização do conceito de relações de gênero:

- 1) Ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero;
- 2) Privilegiamento das relações de gênero sobre qualquer substancialidade das categorias mulher e homem ou feminino e masculino;
- 3) Transversalidade do gênero.

Nesse sentido, a autora aponta que este conceito garante flexibilidade para analisar diversas sociedades, sem formulações *a priori*, sendo sua única universalidade a afirmação de que gênero é socialmente construído. Por essa razão, concordamos com Saffioti (2009, p. 37), que afirma o conceito de gênero é muito palatável, geral, a-histórico, a-político e pretensamente neutro, logo, não indica nem tem seu foco de discussão na existência das desigualdades e hierarquias entre os sexos.

Destarte, Machado (2000, p. 5, grifo nosso), afirma que

da natureza orgânica, o ser social conserva, por força das coisas, os traços ontológicos permanentes da sua origem. Este elo entre as duas esferas - continuamente negado e continuamente reconstituído mediante transformações no processo real da reprodução - é não só a inevitável premissa do ser social, mas também um polo do processo reprodutivo cujo outro polo é constituído pela totalidade da própria sociedade”.

Gênero é uma categoria engendrada para se referir ao caráter fundante da construção cultural das diferenças sexuais, a tal ponto que as definições sociais das diferenças sexuais é que são interpretadas a partir das definições culturais de gênero. *Gênero é assim uma categoria classificatória [...]*. Este conceito pretende indagar metodologicamente sobre as formas simbólicas e culturais do engendramento social das relações sociais de sexo e de todas as formas em que a classificação do que se entende por masculino e feminino é pertinente e faz efeito sobre as mais diversas dimensões das diferentes sociedades e culturas.

Gênero é, portanto, um marcador da elaboração social do sexo, precede este. Nas palavras de Devreux (2005, p. 563) “[...] a relação social constrói-se em torno desse marcador do sexo [o gênero] e, finalmente, o sexo é primordial, como representação operadora dessa classificação”.

Nesse mesmo caminho, Saffioti (2009, p. 1), faz a seguinte afirmação: “A título de ilustração, pode-se tomar a afirmação de que o gênero é socialmente construído. Todavia, nem mesmo sobre isto o acordo é tão profundo. O gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual ele atua”. De certo modo, pode-se dizer que a elaboração social do sexo indica o fato concreto de que nossa sociabilidade se constrói tendo como pressuposto que somos machos ou não-machos. O mesmo pode se dizer da elaboração social da raça/etnia, a ideia do branco constrói-se em relação ao não branco. Logo, nomear explicitamente os sujeitos da relação tira da sombra a brutalidade e a superioridade que tal categorização imprime na trama social e também coloca homens e mulheres como construtores e construídos por essa relação.

[...] um pouco como ocorre com o termo “condição feminina”, o termo “gênero” evoca e ideia de um problema social sofrido pelas mulheres, de uma desigualdade social construída, mas na qual os homens não seriam atores. Incluídos na construção de gênero e defendendo sua situação, classificados como gênero masculino apesar deles, nada teriam a ver com os efeitos dessa classificação. A relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas

classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação (DEVREUX, 2005, p. 564).

Assim, as relações e lugares de homens e mulheres são, antes de produtos de um destino biológico, construções sociais, históricas e econômicas. Homens e mulheres conformam grupos sociais situados numa relação específica: as relações sociais de sexo. Estas, por sua vez, tem uma base material dada pelo trabalho, expressando-se pela divisão social do trabalho entre os sexos, ou, melhor apresentado, pela divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2002). “É a divisão sexual do trabalho, e a sua lógica de exploração do trabalho de um grupo por outro, que cria duas (e apenas duas) classes sociais de sexos chamados mulheres e homens, não a presença de ovários ou espermatozoides no corpo” (FALQUET, 2014, p. 250).

De acordo com Nogueira (2014, p. 23),

A divisão social e sexual do trabalho já se encontra presente nos séculos que antecedem à Era Cristã. Tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças [...] [mas] as relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação. Em verdade, apesar de a luta feminina visar à redução da desigualdade existente na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, no transcorrer dos anos a lógica hegemônica para manter a estrutura da família patriarcal, reservando às mulheres as responsabilidades domésticas contribui para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho ainda no início do século 21.

As relações sociais²⁸, situadas no modo de produção capitalista, são atravessadas pela desigualdade estrutural deste, sendo expressas na

²⁸ [...] quando enfocamos as relações sociais, no sentido da interação entre os seres, na intencionalidade do convencimento contemplando as diversas

divisão sexual do trabalho que “[...] não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica das suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem” (NOGUEIRA, 2014, p. 25).

Dessa forma, pensar a divisão sexual do trabalho é imprescindível, na medida em que, a construção social de homens e mulheres se dá tendo em vista as relações que se conformam a partir desta. Especificamente no que se refere à construção social de homens, do masculino, passa pelo entendimento de sua conformação enquanto categoria social que, hegemonicamente, domina-explora. Nesse sentido, assume uma posição hierárquica e superior que serve à manutenção das desigualdades estabelecidas nas relações sociais, na e pela divisão sexual do trabalho, produzidas pelo atual modo de produção.

Portanto, a necessidade de se tratar a manutenção/vigência da posição vantajosa masculina no contexto social se dá tendo em vista os interesses objetivos que reforçam e garantem esta posição, ou seja, a reprodução sociometabólica da ordem do capital. Esta reprodução constrói uma identidade masculina que deve, necessariamente, também ser questionada e atacada, caso queira-se pensar no processo de emancipação humana.

Nas palavras de Iasi (2014, p.130),

A libertação da mulher atinge o homem não somente na perda inevitável de seus privilégios objetivos como também, e principalmente eu diria, na sua identidade masculina, e isto não apenas nos campos dos valores ideológicos [...], mas no campo da identidade psicológica, na estruturação de sua personalidade.

Ao se tratar, portanto, da formação social de sujeitos masculinos, deve-se considerar a construção das personalidades dos sujeitos, que se dão, por suposto, a partir do contexto materialmente dado no qual elas são produzidas. Mészáros (2002), falando da libertação das mulheres, afirma que não se pode pensá-la sem que se trate das transformações

dimensões, como se explicita na arte, na política, na religião, na ética, etc., considerando-as como sendo uma posição teleológica secundária [...] [que] configura a existência de uma outra posição teleológica que decorre e transcende a posição teleológica originária própria da esfera do trabalho (NOGUEIRA, 2014, p. 125).

materiais correspondentes a ela, evidenciando que a libertação das mulheres, no capitalismo, não acontece plenamente devido às determinações materiais da (re)produção do capital, que estabelecem uma organização social desigual e hierárquica, em consonância com o princípio antagonista que estrutura a sociedade capitalista.

Destarte, no próximo item, apresentar-se-á breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho na ordem do capital, objetivando indicar as bases sob as quais os sujeitos e as relações sociais que os conformam, são constituídos e, nesse sentido, indicar a partir de quais pressupostos será discutida a construção social do masculino, no item 1.2.

1.1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ORDEM DO CAPITAL

A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e os hierarquiza apresentando espaços considerados “naturalmente” masculinos e “naturalmente” femininos (CISNE, 2012, p. 109). Essa conformação contribui para a produção do que hegemonicamente se aceita como ser homem e ser mulher, independentemente dos sujeitos singulares estarem estritamente em conformidade com seus pressupostos. Dito de outra forma, os traços de personalidade dos seres sociais são engendrados no processo produtivo, que tem sua especificidade atravessada pela divisão sexual do trabalho, que reproduz a posição superior e dominante do masculino.

A exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações sociais de classe – aquela em que, simultaneamente é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, 2002, p. 277).

A divisão sexual do trabalho resulta de uma ordem patriarcal capitalista que, por meio da divisão sexual do trabalho, confere aos homens, de um lado, espaços considerados mais valorizados no assim chamado mundo do trabalho, ou, ao contrário, indica que espaços considerados de maior relevância no assim chamado mundo do trabalho, de maior prestígio social, sejam considerados postos hegemonicamente

masculinos. De outro lado, confere às mulheres um baixo prestígio social – tanto da produção quanto na reprodução social – relegando a estas, portanto, trabalhos ainda mais desvalorizados e precarizados.

A ideologia burguesa patriarcal adora fetichizar algumas categorias como sendo masculinas e outras como femininas, chegando às vezes a dar tons de cientificidades a essa construção ideológica. Por esta lógica, e acompanhada da separação entre espaços públicos e privados, o mundo do trabalho e o do lar, aparece como características masculinas a iniciativa, o trato pelo poder, a capacidade gerencial, a agressividade. Da mesma forma as características femininas ficam no campo da afetividade, a emocionalidade, a aptidão para a criação de crianças, e por aí se vai tecendo o tapete ideológico (IASI, 2014, p. 138).

Concretamente, a sociedade capitalista lança mão das especificidades naturais que constituem homens e mulheres – seres sociais que tem como uma das bases de sua constituição o corpo, sua base biológica – e as elabora socialmente produzindo relações sociais desiguais entre os diferentes sujeitos, que contribuem para a manutenção das relações capitalistas, ao mesmo tempo em que encobre o momento predominante destas, que se dá pela forma da apropriação cada vez maior do excedente produzido.

[...] o conjunto dos elementos existentes nas especificidades de gênero são utilizados pela sociedade capitalista para controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital. A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura da família patriarcal (NOGUEIRA, 2014, p. 25).

A forma como homens e mulheres se portam no mundo e nas relações que constroem, assim como a maneira como são socializados, são fortemente produzidas pela divisão sexual do trabalho. Tanto a posição da mulher, quanto do homem diante do trabalho dá-se em face de todo o processo de socialização prévia destes. Eva Blay (1978, p.

286), ao abordar a discussão em relação à mulher e ao trabalho, faz a seguinte consideração:

A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se fez sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras [...]. Subjacente às escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino, que não encontram elevadas barreiras quando exercidas e que não dificultam muito o casamento. Estas vantagens compensam algumas desvantagens, como a remuneração baixa e o exercício de carreiras cujo prestígio não é muito elevado.

Assim, a divisão sexual do trabalho tem dois princípios que a organizam: 1) Separação – existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e 2) Hierarquização – um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2000). Tais princípios são pautados muito em decorrência da ordem patriarcal²⁹ que situa desigualmente homens e mulheres e esta organização atravessa a construção das relações sociais, tendo como um de seus eixos sua posição na divisão sexual do trabalho.

No âmbito destas relações estabelecidas entre os sexos

[...] é o homem que se situa numa situação de poder, tem efetivamente privilégios e desenvolvem interesses muito nítidos na perpetuação de tal ordem. [...]. estes privilégios e esta relação de poder se manifesta em coisas muito objetivas: a apropriação da força de trabalho na reprodução e manutenção da casa e da família (cozinhar, lavar, cuidar da roupa, fazer compras, cuidar das crianças, etc.), a desigualdade dos métodos contraceptivos (a maioria penaliza a mulher, a pesquisa e a técnica são controladas por homens, a criminalização do aborto, etc.), a decisão de ter ou não filhos (o corpo é da mulher,

²⁹ SAFFIOTI, 2004.

mas a decisão é do casal, da igreja, do parlamento, dos juízes, etc) (IASI, 2014, p.130).

Tais formas de manifestação da vida, das relações materiais são produtos do conjunto das relações sociais de produção, em que estão envolvidos homens e mulheres. Mas,

Não somente homens e mulheres não percebem da mesma maneira os fenômenos, que são, no entanto designados pelas mesmas palavras, mas sobretudo não percebem que o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo [...] tende a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

A análise da divisão sexual do trabalho dá luz a aspectos da exploração capitalista que podem/tendem ser tomados como naturais, como a divisão sexual de papéis sociais. As relações sociais, pensadas a partir deste viés têm um nítido conteúdo de diferenciação entre os sexos³⁰ que, situado nos marcos das desigualdades entre os sujeitos, constitui modos masculinos e femininos aparentemente naturais de ser humano.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse

³⁰ Consideramos também de vital importância a discussão nos marcos do racismo, raça/etnia que, de acordo com Saffioti (1987, 2004), é um dos três sustentáculos do atual modo de produção. Entretanto, nos limites desta dissertação, não será possível maior aprofundamento no que tange a esta determinação. Esclarecemos, destarte, que não travaremos o debate entre a utilização de raça e/ou etnia. Portanto, quando indicamos essa dimensão apresentaremos os dois termos: raça/etnia.

suficientemente [...]. Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

Tanto homens quanto mulheres, ao nascerem, têm potencialidades genéticas, ou seja, tem o fundamento biológico de seu ser insuprimível, entretanto, nem a anatomia, nem código genético definem seu destino, mas sim “[...] o processo complicadíssimo pelo qual as criaturas, enfrentando obstáculos, superando dificuldades, fazendo concessões, vão se tornando aquilo que efetivamente são” (NOGUEIRA, 2014, p. 115). A forma de ser homem, assim como a forma de ser mulher, são formatadas, portanto, pelas condições históricas e culturais dadas pela ordem do capital.

A divisão do trabalho [...] fixa-se sobre a diferencial biológica dos seres humanos. O recuo da barreira natural como consequência do ser social surge, inicialmente, no fato de que essa diferenciação biológica, assumida em si espaços de sociabilidade cada vez maiores, que passam agora a ser determinados na divisão do trabalho. Isso fica claro quando pensamos no papel que tem os sexos na divisão social do trabalho (NOGUEIRA, 2014, p. 156-157).

Destarte, a divisão sexual do trabalho sustenta-se a partir de uma relação antagonica entre homens e mulheres. “A divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida” (HIRATA, 2002, p. 280). Dito de outra forma há a explicitação de uma hierarquia do ponto de vista das relações sociais, na qual o trabalho masculino é visto como superior ao trabalho feminino.

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagonicas. A divisão sexual do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração e de opressão entre

duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p. 280).

O que se considera uma divisão sexual do trabalho naturalizada são, portanto, relações sociais produzidas a partir da base material do trabalho, que tomando as diferenças biológicas entre homens e mulheres de maneira desigual, as legitima e institucionaliza, transformando-as base para as formas de organização social.

Assim, o lugar de mulheres e homens no mundo do trabalho, ditado pela divisão sexual do trabalho, contribui para a potencialização da exploração capitalista. Se, de um lado, às mulheres se apresentam espaços ainda mais precarizados e reforça-se a prioridade de suas “funções” no espaço reprodutivo, privado, de outro, aos homens apresenta-se sua “função” nos espaços públicos, na esfera da produção.

Gonzaguinha³¹ nos apresenta em algumas frases a construção que associa diretamente o homem ao trabalho, ao processo produtivo, que concretamente organiza a socialidade capitalista e, subjetivamente, indica o “lugar dos homens” na produção social e, portanto, sua posição concreto-subjetiva na ordem do capital:

*“Um homem se humilha
se castram seus sonhos
**Seu sonho é sua vida
e vida é trabalho**
E sem o seu trabalho
o homem não tem honra
E sem a sua honra
se morre, se mata
Não dá pra ser feliz.”*

A sensibilidade do artista captou e traduziu em poema/música o lugar que deve ser almejado pelos homens no capitalismo, o mundo público, a esfera da produção social da vida, prioritariamente, que, a partir do trabalho - trabalho alienado, inerente à ordem do capital -, deve ser perseguido e é, por consequência, o sentido de sua vida. Vida é trabalho e trabalho é honra. Trabalho e honra são aspectos caros à construção social do masculino.

³¹ Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior, compositor e cantor popular brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1945 e faleceu em 29 de abril de 1991, em Renascença/PR. Dentre suas composições está a citada nesta dissertação: “Guerreiro Menino”.

A atividade vital, o trabalho, ontologicamente posta não é, senão, resultado histórico da constante troca entre o ser humano – homens e mulheres – e a natureza, no processo de produção e reprodução social da vida. O desenvolvimento histórico-social dos seres humanos cria, a partir daí, outras necessidades que não as estritamente vinculadas à troca imediata entre humanidade-natureza (LUKÁCS, 2013).

Mas, o trabalho no capitalismo, organizado a partir da divisão social e sexual do trabalho, demanda/cria formas de personalidades humanas que invariavelmente são expressões de sua organização. “Nesse sentido, não é inerente nem ao homem nem à mulher; é um momento da evolução histórica da humanidade, um modo histórico determinado de humanizar a natureza e de reificar as relações sociais” (SAFFIOTI, 2013, p. 70).

Para pensar a manutenção/vigência da exploração-dominação masculina, torna-se necessário “[...] verificar que formas historicamente condicionadas de trabalho permitem a objetivação da personalidade humana e quais outras aviltam o ser social do homem ou da mulher” (SAFFIOTI, 2013 p. 73). Diversos autores³² que discutem o tema das “masculinidades” chegaram à conclusão de que a construção social dos homens está diretamente associada à identificação destes com o poder, a capacidade de mando, de dominação. “A definição hegemônica [do masculino] apresenta o homem no poder, com o poder e de poder. A masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle” (BENTO, 2012, p. 89).

Entretanto, para além dessa conclusão, devemos considerar que tal identificação contribui enormemente para a manutenção das desigualdades sociais e da limitação das potencialidades humanas. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 73-77),

Por se ter deixado iludir pela identificação da masculinidade com a capacidade de mando, o homem consente com a competição desigual de que são atores representantes das duas categorias de sexo, com desvantagens para as mulheres, contribuindo, assim, enormemente, para a preservação de um *status quo* reificante. [...] O homem desempenhou e ainda desempenha, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto membro de uma

³² Connell (2005, 2010), Welzer-Lang (2001, 2004), Bento (2012), Bourdieu (2010), Almeida (1995).

classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo. Se ela é duplamente determinada [ou triplamente se consideramos também raça/etnia] a consciência do homem é duplamente contraditória. Na medida em que justifica e auxilia a promover a expulsão da mulher da estrutura de classes em virtude de seu sexo, reforça a sua própria determinação enquanto membro de uma totalidade parcial oposta a outra e oculta esta determinação de si próprio na manutenção de estruturas parciais em que reina como soberano (família, por instância). A retenção, por parte do homem, do domínio no grupo familiar faz da família uma estrutura obstrutora da expansão econômica da sociedade, quando, na verdade, ela apenas medeia e camufla relações de produção.

Podemos, portanto, afirmar que a manutenção da exploração-dominância masculina, produzida pela ordem do capital, contribui de maneira colossal na produção e reprodução das relações sociais reificadas, sendo funcional e sustentadora desta ordem. É, pois, um de seus eixos estruturantes.

Tendo esta afirmação com fio condutor, faz-se necessário breve discussão sobre as relações sociais de sexo e o masculino, para identificar, a partir dos pressupostos acima indicados, o hegemonicamente posto nas relações sociais de produção que, no limite, produz homens com determinadas formas de ser funcionais ao capital e isso tem um impacto grande na classe trabalhadora, na medida em que, objetivamente, produzem-se sujeitos (homens e mulheres), altamente explorados que devem constantemente, lançando mão do que se assume hegemonicamente que seja homem e mulher, almejar “postos”, que, por pressuposto, são inalcançáveis e produzem contradições insuperáveis no modo de produção capitalista.

1.2. BREVE ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E O MASCULINO.

A intencionalidade de observar o “aspecto masculino” neste estudo se dá tendo em vista o entendimento deste enquanto componente estruturante da atual ordem societária que atua em duas frentes dialeticamente articuladas: uma marca histórico-social que opera de forma a hierarquizar os diferentes sujeitos a partir de construções que

situam o masculino como superior de forma a encobrir as determinações fundantes do sistema de classes, operando de acordo as necessidades por ele demandadas. Tal organização assume diferentes feições nas diversas fases de desenvolvimento da ordem capitalista, entretanto, mantém seu eixo fundamental: a hierarquização dos membros da sociedade.

Dessa forma, entende-se que se faz necessária a apresentação dos principais pontos da produção teórica sobre o chamado campo das masculinidades, inaugurado pelos estudos de gênero, no intento de transcender a aparência das relações hegemonicamente postas que constroem as bases do que socialmente é aceito como masculino no modo de produção capitalista, tendo como pressuposto que esta construção se dá sob as bases das desiguais relações sociais de produção que sustentam a reprodução sociometabólica do capital.

As discussões sobre as masculinidades³³ ganham intensidade mais especificamente, da década de 1990, fortemente atreladas às discussões do conceito de gênero. Conforme Pereira (2005, p. 10), a necessidade de discussão das masculinidades³⁴, surge fortemente com a realização de encontros sob essa temática, nos anos de 1994, em Nova Iorque; 1995, em Manila e 1996, em Santo Domingo. A partir de 1997, em decorrência de uma reunião de teóricos, organizada pela UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, ocorrida em Oslo, Noruega, autores discutem “os papéis masculinos e as masculinidades, da perspectiva de uma cultura para a paz.” Os especialistas, compreendem, no período, que tal discussão é um marco, pois a consideram “a primeira discussão internacional sobre as conexões entre homens e masculinidades de um lado, e paz e guerra, de outro” (BREINES; CONNELL; EIDE, 2000, p. 9 *apud* PEREIRA, p. 10).

No Brasil, tal temática é apontada, no ano de 1985, com a realização do Simpósio sobre Homens; em 1995, com a criação do GESMAP - Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e

³³ As discussões sobre masculinidades que se seguem foram inicialmente elaboradas e apresentadas no texto “Masculinidades de Homens Agressores: uma análise a partir da categoria gênero” (OLIVIO, 2010), resultado da pesquisa de conclusão de curso de graduação da autora.

³⁴ Pereira (2005, p. 12) sistematiza as construções ocorridas, nas três últimas décadas do século XX, de diversos movimentos que “procuram enfrentar a relação entre a constituição de um determinado modelo de masculinidade e dominação-exploração”. No entanto, não cabe o aprofundamento de tal discussão aqui, considerando-se que a intencionalidade é situar, principalmente, o marco mais efetivo das discussões sobre as masculinidades.

Paternidade, vinculado à organização não-governamental ECOS - Estudos Comunicação e Sexualidade, que realizou em 1998 o Seminário “Homens, sexualidade e reprodução”. Em 2002, no Rio de Janeiro, foi realizado o Diálogo Regional da América Latina e Caribe sobre Direitos Reprodutivos e Violência contra a Mulher: Papéis e responsabilidades de homens jovens e adultos e em 2003, em Pernambuco, o Seminário Internacional Homens e Sexualidade, patrocinado pelo Instituto PAPAI³⁵ (PEREIRA, 2005).

Os estudos sobre as masculinidades consubstanciam-se, advindos principalmente de pesquisadores homens e com estreita ligação com o campo dos estudos de gênero. Nos anos de 1970/1980, no Brasil, visualizam-se os primeiros apontamentos sobre as masculinidades com Guido Mantega – Macho, Masculino, Homem. A partir dos anos de 1990, o Instituto PAPAI surge como uma importante referência nas discussões sobre a construção social das masculinidades. Esta temática também ganha fôlego no Seminário Internacional Fazendo Gênero, realizado na Universidade Estadual de Santa Catarina.

Cabe destacar que o Seminário Internacional Fazendo Gênero, teve sua primeira realização, ainda de amplitude nacional, em 1994. Deu ênfase à questão do gênero na literatura e às discussões feministas contemporâneas. Já na realização do segundo seminário, no ano de 1996, ainda de âmbito nacional, é produzida a publicação “Masculino, Feminino, Plural”, organizada por Mirian Grossi e Joana Pedro, em que já se delinea o espaço das discussões sobre as masculinidades. Em 2000, o seminário se internacionaliza e durante todas as edições subsequentes percebe-se a inserção das discussões sobre as masculinidades (FAZENDO GÊNERO, 2010). Em sua penúltima edição, em 2010, foram apresentados diversos trabalhos sobre a temática e dedicaram-se dois simpósios temáticos exclusivamente às discussões sobre as masculinidades. Já no Seminário realizado em 2013, não houve nenhum simpósio temático que abordasse especificamente o tema, entretanto, distribuídos em diversos deles, foram apresentados 58 artigos referindo-se especificamente às masculinidades.

Merece destaque que,

O que há de novo nestas posições, [...] é o aparecimento de estudiosos e/ou militantes de movimentos sociais e organizações não-

³⁵ Organismo que tem por público alvo, homens adolescentes que vivenciam a situação de paternidade. Maiores informações no site <www.papai.org.br>.

governamentais (ONGs) do gênero masculino, admitindo os problemas da ordem patriarcal e relacionando o modelo predominante de masculinidade com a construção da violência (PEREIRA, 2005, p. 12).

É importante destacar que as teorizações sobre o campo das masculinidades ganham contorno com a introdução do conceito de gênero nos estudos feministas. Desta forma, ainda nos parecem limitadas, tendo em vista que, conforme apontado na primeira parte deste capítulo, a utilização do conceito de gênero é muito mais palatável e menos confrontante, dando espaço para o encobrimento das contradições de classes estruturantes do modo capitalista de produção e, conforme a apresentação acima indica, muito fortemente utilizada por instituições e ações governamentais e de ONG's que não tem vinculação direta com a confrontação da ordem societária.

Entretanto, a mirada desde o campo dos estudos das masculinidades, tendo como pressupostos as discussões acima percorridas, pode nomear mais explicitamente as características hegemônicas do polo dominante nas relações sociais de sexo, e dessa forma, indicar quais construções antagônicas devem ser combatidas em conjunto.

Consideramos que o modelo predominante de ser homem, do masculino, se materializa por meio de perdas consideráveis, tanto para mulheres, quanto para homens, na medida em que, mesmo ocupando posições contrárias são exigidos, de ambas as categorias de sexo, padrões de comportamento socialmente aceitos, que condicionam sua forma de ser. Esta conformação, por sua via, é produzida no modo de produção capitalista, a partir de sua necessidade intrínseca de construção de relações sociais desiguais que estabelecem e mantêm seu quadro de reprodução sociometabólica. Isto impõe, para ambos os sexos, limitações nas formas de “ser mulher” e de “ser homem”³⁶, a partir de um modelo hegemônico de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres.

A construção social dos homens se dá, então, a partir da configuração hegemônica sobre o que é “ser homem”. Ainda que

³⁶ Nessa perspectiva perde-se a compreensão dos homens e mulheres e a respectiva condição de sujeito de cada homem e cada mulher. Há elementos que se referem aos homens e às mulheres enquanto categorias, porém cada ser é sujeito de sua condição ao pertencer a essas categorias.

recentes, os estudos sobre essa temática contribuem para a compreensão do processo formativo das desigualdades entre os sexos, a partir de uma lógica que coloca os homens/masculinos³⁷ em posição de superioridade, advinda de modelos pré-determinados do que é “ser homem”. Tais estudos, entretanto, devem ser tomados como ponto de partida para a análise, tendo em vista que este processo formativo tem uma base material dada pela organização hierárquica e desigual da ordem do capital, sendo expressa pela divisão sexual do trabalho que, no limite, conforma os diferentes sujeitos.

O trabalho de categorização de homens e mulheres, operado por meio das relações sociais de sexo, visa estabelecer e fixar como verdade formas de ser homem e mulher. Formas estas hegemonicamente antagônicas e nas quais o masculino é considerado a referência.

Tal trabalho de categorização é assimétrico: a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é o masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril para consolidar a norma de referência (DEVREUX, 2005, p. 569).

Tal afirmação já é indicada por Simone de Beauvoir. Em suas palavras:

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos [...]. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...]. A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; [...]. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 2009, p. 17).

³⁷ Refirimo-nos a homens/masculinos no sentido dos diferentes papéis sociais atribuídos às categorias de sexo, em que cada sexo deve, necessariamente, apresentar as características socialmente aceitas referentes à sua posição. No caso dos homens, essa lógica impõe elementos de afirmação, como por exemplo, força, razão, coragem, agressividade, violência, reforçando a sua posição de dominação.

Assim, a história das relações sociais de sexo é marcada, no modo capitalista de produção, por uma categorização de homens e mulheres que se apresenta desigual e hierárquica e define os espaços e lugares mais ou menos valorizados, intensificando ainda mais a exploração do trabalho na ordem do capital, a partir de caracteres naturais elaborados socialmente.

À luz das discussões sobre as desigualdades entre homens e mulheres destacam-se duas grandes abordagens teórico-metodológicas nos estudos acadêmicos sobre as masculinidades, os

[...] *aliados do feminismo* – aqueles que reconhecem a base dos estudos sobre a masculinidade no avanço das teorias feministas – e *estudos autônomos* sobre masculinidade – que não são vinculados diretamente às discussões conceituais sobre gênero, nem às conquistas do movimento de mulheres (ARRILHA; UNBEHAUM; MEDRADO, 2001. p. 19, grifos dos autores).

Os *estudos autônomos* admitem o crescimento das discussões dos movimentos feministas, mas não consideram tal movimento capaz de colocar em discussão os fenômenos que envolvem as masculinidades (ARRILHA; UNBEHAUM; MEDRADO, 2001. p. 19). Com este recorte, alguns estudos acadêmicos se sustentam a partir de um posicionamento vitimista, que se distancia das reivindicações feministas. Partem de uma concepção essencialista, de uma perspectiva parcial, que busca uma explicação ainda mais naturalizante dos homens e do masculino.

O discurso com esse viés vitimista pode reduzir a explicação sobre a dominação dos homens somente pela necessidade que eles têm de cumprir um papel socialmente determinado, assim como concebe o mesmo sentido para a submissão das mulheres. Ocorre um “processo de equalização” (MATHIEU, 1990 apud PEREIRA, 2005, p.183), homens e mulheres são postos num mesmo padrão de socialidade, desconsiderando-se a dominação-exploração que os primeiros exercem sobre e as últimas; a concreta e simbólica posição de superioridade dos homens. Nesse sentido, distanciam-se ainda mais da compreensão do processo de constituição sócio-histórica capitalista, da constituição das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho, ou seja, da base material a partir da qual tal configuração se sustenta e mantém.

Esse posicionamento pode ser visualizado, conforme Pereira (2005), nas construções de Sócrates Nolasco³⁸, que entende que a masculinidade está sendo atacada pelas reivindicações das minorias (gays, mulheres, negros).

Para as sociedades contemporâneas, a masculinidade se tornou uma referência em torno da qual se produzem as reivindicações das minorias, ao mesmo tempo que se deseja sua eliminação. As reivindicações dos negros aspiram à paridade com o mundo branco, semelhante às das mulheres face ao mundo dos homens e ainda a dos gays que buscam os mesmos direitos que os heterossexuais. Enfim, ao mesmo tempo que se aspira a uma igualdade para com os direitos do homem, branco e heterossexual, se quer sua eliminação. É para isto que se presta a banalização da representação social masculina (NOLASCO, 2001 apud PEREIRA, 2005, p. 23).

Nolasco afirma que essa banalização é a violência, pois retira dos homens o vigor e a virilidade intrínsecos ao masculino. Essa afirmação, por sua via, reforça o padrão de hegemonia masculina, branca e heterossexual. Pereira (2005, p.23, grifos da autora), ao situar as discussões de Nolasco, aponta que ele apresenta os homens em posição de vítima, afirmando que sua representação é atacada pelas minorias, destruindo o “ideal democrático” que a representação masculina reivindica, conforme pode-se observar na seguinte passagem: “[...] as mulheres, os negros e os homossexuais destruiriam, com suas reivindicações por igualdade, [...] **a representação social masculina.** [...] Os negros e os homossexuais [e as mulheres] não tem representação e nem podem lutar por ela, sob o risco de contribuir para que a violência aumente”.

Tal posicionamento camufla os benefícios que a posição de superioridade de homens sobre as mulheres garante, ao mesmo tempo em que os reforça. Os homens, enquanto categoria social, dominam—exploram as mulheres e nenhum “custo” em decorrência dessa posição é maior do que os benefícios e o poder que a superioridade do homem proporciona. Este status também contribui para a manutenção e reprodução das desigualdades nos três eixos estruturantes da sociedade

³⁸ Ver: NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculindade**. São Paulo: ROCCO, 1993.

brasileira [e das sociedades ocidentais], que formam um novo onde a contradição é potenciada: o sexo, a raça/etnia e a classe social (SAFFIOTI, 1999).

Pierre Bourdieu, no livro “Dominação Masculina” (2010), faz uma análise também essencialista, que coloca a produção social da desigualdade como pronta e acabada; ela, em si, é naturalizada, e faz com que todos e todas sejam o que as “determinantes” sociais determinam que sejam. Para o autor as pessoas tornam-se mulheres e homens a partir de um modelo social de dominação “engessado”, o *habitus*. Nesse sentido, nos parece que ele retira do sujeito sua própria condição de sujeito. Cai num determinismo social, que concebe os homens como necessariamente dominadores e as mulheres como dominadas-exploradas. É um efeito automático.

De acordo com o autor,

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros como *habitus* sexuais), como fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade (BOURDIEU, 2010, p. 9-10).

O processo de produção e reprodução social também aparece como estagnado, visto que Bourdieu desconsidera que as determinações do tempo-espaço, ou seja, a realidade social e as condições sociais e materiais dadas nos diferentes momentos históricos da ordem do capital também confluem para a produção e reprodução dos homens e das mulheres; toda a história social é apresentada a partir de um posicionamento determinista, considerando a mesma quase que mutável e condicionadora irrevogável da produção dos homens e das mulheres. Segundo Pereira (2005, p. 182-183), Bourdieu parte de,

Um princípio de divisão atemporal e universal (CORRÊA, 1990), que produz efeito automático, advindo de um “inconsciente simbólico”, muito mais do que resultado de lutas, contradições, imposições e pedagogias. [...]. [Ele] opõe a dominação simbólica às outras dimensões deste

mesmo processo [a dominação masculina], como o uso da força, a luta pela construção do consentimento, [...] eterniza um processo que é histórico, localiza-o no passado e retira dos homens contemporâneos a participação ativa nesta construção.

Assim, outra autora, Devreux (2005), também se referindo às afirmações de Bourdieu, explica que,

[...] o material é tão importante quanto o ideal, o que rompe com a concepção exposta por Pierre Boudieu sobre a dominação masculina. Para ele, no caso da dominação masculina, as formas simbólicas da dominação são preeminentes. A opressão material é admitida, mas deixada fora da análise. Pierre Bourdieu fez das formas simbólicas da dominação a totalidade heurística da dominação masculina (DEVREUX, 2005, p. 562).

Outras perspectivas partem de uma análise psicologizante/patologizante da conformação social do masculino. Partem também de percepções parciais, relacionadas a causas e circunstâncias, que naturalizam (pelos hormônios, por fatores psicológicos, etc) a sua posição de dominação pelos atributos biológicos.

Sempre em um nível individualizante, sinalizam que a vivência de situações de violência na infância, a ausência do pai como referência masculina positiva, até mesmo quadros de etilismo e drogadição são justificadores da “formação das masculinidades”. Podem-se observar formulações com esse viés nas produções de Verena Stolcke³⁹, em que a autora define níveis de causas para concepção do masculino, dentre eles, principalmente o nível individual.

Algumas produções, que se utilizam das formulações de Lacan, apontam a existência de uma masculinidade. Nessa perspectiva, afirmam “[...] a diferença universal do gênero e caracterizando as posições e atributos do masculino e do feminino, sintetiza, de forma cabal, a concepção simbólica da diferença de sexos/gêneros”

³⁹ Informações verbais retiradas da fala de Jorge Lyra, na mesa, “Homens, masculinidades e violência de Gênero: é possível fazermos conexões com direitos reprodutivos?”, apresentada no Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2010.

(MACHADO, 2004, p. 37). Elas apresentam dois termos principais que remetem a concepção de masculinidade: *o nome do pai e o falo*.

O nome do pai é o significante da lei, da função paterna de ordem que irá se direcionar ao desejo. Sob a afirmação de que a imagem do pai e sua presença diz muito da formação do indivíduo, justifica muitas das “neuroses contemporâneas” pela sua falta. Já o falo, é o valor simbólico que o órgão sexual atinge, é a representação direta do poder e da força masculina. Ele ocupa lugar central na teoria lacaniana, visto que esta pensa a sociedade a partir da posse do falo, ou seja, do poder (MACHADO, 2004). Nesse sentido, o masculino ocupa o lugar do poder, por possuir sua representação simbólica.

Tais abordagens, em certa medida, contribuem para as discussões sobre as masculinidades, no entanto se mostram ainda mais limitadas, pois tendem a restringir as discussões a determinismos sociais e/ou biológicos que naturalizam as posições socialmente ocupadas pelos sujeitos, eternizando-as; posicionamentos vitimistas, que apresentam suas considerações mostrando os homens como sendo atacados pelos questionamentos de sua posição de superioridade, que retiram destes sua condição de homens; psicologizantes/patologizantes e individualizantes, que a partir de algumas vertentes da perspectiva psicanalítica consideram a masculinidade como conformada principalmente – ou somente – pelas vivências individuais, e qualquer atitude que difira dos papéis estabelecidos, consequência de experiências traumatizantes, que condicionam a formação dos indivíduos.

Essas linhas de discussão sustentam a vigência de desigualdades entre homens e mulheres, na medida em que conservam, de uma maneira ou de outra, a “distribuição de papéis” femininos e masculinos, reforçando o posicionamento superior – concreto e simbólico – dos homens, ao mesmo tempo em que contribuem para que essa posição desigual seja naturalizada, mesmo que atravessando todas as instituições e relações sociais, ela seja diluída nas objetivações sociais.

Já os *aliados do feminismo* vêm nas produções feministas o ponto fundamental de onde partem as discussões sobre as masculinidades, partem suas análises das discussões em torno do conceito de gênero e o tem como “[...] conexão teórica fundamental para promover a compreensão de como são constituídas as relações sociais baseadas na diferenciação sexual, [...], acreditam ter o feminismo fornecido as ferramentas básicas para se processarem mudanças nessas relações” (ARRILHA; UNBEHAUM; MEDRADO, 2001. p. 19).

Portanto, em nossa perspectiva, torna-se vital compreender que a história política e acadêmica das feministas, gays e lésbicas tem uma influência direta na forma como as ideias sobre as masculinidades se constituíram ao longo das últimas décadas, bem como na definição do conceito contemporâneo de masculinidade e no incentivo aos estudos sobre a condição masculina. Assim, é necessário uma confluência dos estudos feministas, das reflexões sobre homossexualidade e homofobia e das práticas heterossexuais masculinas para compreender como homens e mulheres se relacionam [...].(ARRILHA; MEDRADO; UNBEHAUM, 2001, p.17).

Como indicamos, os estudos sobre as mulheres ganham força a partir das décadas de 1960 e 1970, com a instituição e consolidação dos movimentos feministas e suas consistentes bandeiras de luta e reivindicações. Abordavam-se essas teorizações como estudos sobre mulheres, história das mulheres, no sentido de dar foco a sujeitos não incluídos na história oficial⁴⁰. Já no final da década de 1960, no Brasil, tem-se a publicação do texto da professora Heleieth Saffioti, *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*⁴¹.

Considerando os estudos sobre as masculinidades que se apoiam concretamente na movimentação e nas teorizações feministas, principalmente em torno do conceito de gênero, aponta-se um crescimento – ainda incipiente - dos estudos que buscam compreender a gênese e a história social que sustenta o sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres.

⁴⁰ Sobre isso ver alguns apontamentos dos usos da história oral nas pesquisas feministas, que, de início, tinham como objetivo “salvaguardar” as histórias “não-oficiais” e questionar a memória hegemônica. Ver ARMITAGE; HART; WEATHERMON, 2002 e CHARLTON; MYERS; SHARPLESS, 2008.

⁴¹ É nesse período, também, que o feminismo busca se aproximar ao marxismo. Algumas de suas construções dizem respeito à dificuldade que se configurou nesse sentido, na medida em que ocorreram muitos questionamentos a esse respeito, visto que alguns posicionamentos dentro do marxismo afirmavam/afirmam que as lutas e reivindicações feministas vão de encontro com as lutas marxistas, logo devia se focar nas desigualdades de classe, homogeneizando-a, visto que a garantia da igualdade viria quando se alcançasse o socialismo.

Talvez sejam estes estudos que mais podem se aproximar da perspectiva de análise proposta nesta dissertação. Ainda que diversas críticas possam e devam ser realizadas aos estudos sobre as masculinidades na medida em que, dependendo da perspectiva teórica sob a qual tais discussões são feitas, podem incorrer na acentuação demasiado incisiva das diferenças, tendendo a distanciar-se da prática política e das determinações econômicas, podemos retirar algumas constatações que, analisadas a partir de sustentação categorial de base material dada pelo trabalho, proporcionam uma perspectiva interessante sobre a manutenção/vigência da dominação-exploração masculina, na medida em que lançam luz sobre o ser homem, que é ao mesmo tempo, como foi exposto, considerado a norma de referência de ser humano.

Nesse sentido, vão ao encontro da ideia sustentada nesta dissertação, que indica que as relações desiguais e hierárquicas da ordem do capital somente poderão ser superadas, na direção da plena emancipação humana, quando realmente for posta na ordem do dia todos os seus eixos de sustentação: as desigualdades de classe, de sexo e também as de raça/etnia.

Raywen Connell⁴² (2005, 2010) faz suas análises tendo maior associação com o desenvolvimento dos estudos feministas. Para a autora, as masculinidades compreendem uma dimensão singular, ou seja, que se apreende por meio das particularidades objetivadas no plano cotidiano, na imediaticidade, em que se apresentam os traços da vida em sociedade, que nesse nível, podem ser visualizados como formas mediatizadas da universalidade.

Nesse sentido as masculinidades se configuram de diferentes formas nos sujeitos, que são múltiplos e contraditórios (LAURETIS, 1994, p. 208)⁴³. Mas é, e principalmente, um conceito “[...] inerentemente relacional. A masculinidade existe somente em contraste

⁴² Cientista social australiana, nascida Robert Willian Connell. As publicações da autora consultadas nesta pesquisa, no original, carregam ainda seu primeiro nome, masculino. Entretanto, fazemos todas as referências neste texto conforme sua atual identidade de gênero.

⁴³ Sujeito múltiplo e contraditório, conforme Lourenço (2008, p.76) “[...] é um sujeito que vive em determinadas condições históricas e objetivas, constituindo-se enquanto sujeito e objeto da história. Enquanto indivíduo situado em uma dada realidade, cuja existência se materializa concretamente”.

com a *feminilidade*” (CONNELL, 2010, p. 2, tradução nossa, grifo da autora).⁴⁴

Connell aponta um modelo, segundo ela provisório, para discutir as masculinidades, com três dimensões, sejam elas:

a) *Relações de Poder* – a subordinação geral das mulheres e a dominação dos homens. Ela existe mesmo apresentando-se em diferentes configurações nas diversas sociedades ocidentais;

b) *Relações de Produção* – Divisão Sexual do Trabalho, com um processo de acumulação que prioriza os homens, em detrimento das mulheres. Connell se refere ao caráter de gênero do Capital. “Uma economia capitalista que trabalha mediante uma divisão sexual do trabalho, é, necessariamente, um processo de acumulação de gênero⁴⁵”. Os homens exploram as mulheres, e esta exploração serve à manutenção de sua superioridade, bem como a produção e reprodução do sistema capitalista;

c) *Cathexis* - a energia emocional ligada a um objeto, no caso, a mulher, que é visualizada, via de regra, como subordinada e, ao mesmo tempo, objeto de desejo dos homens (CONNELL, 2010, 2005).

Este modelo de organização do masculino, proposto por Connell, pode ser pensando juntamente com as atividades e as propriedades formais das relações sociais de sexo indicadas por Devreux (2005). Para esta autora, as atividades das relações sociais de sexo são expressas pela divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo, já indicadas anteriormente neste capítulo.

No que se refere às relações de poder, esta se funda na “[...] divisão das funções produtivas (exercidas na esfera do trabalho) e reprodutivas (exercidas na esfera da família)”. Ou seja, a divisão sexual do poder está pautada, desde sua gênese, na divisão sexual do trabalho, intensificando ainda mais o processo de desigualdade na construção de homens e mulheres, principalmente da classe trabalhadora, na medida em que reforça posições de mando e submissão a partir de “papéis” das mulheres e homens opostos, ou seja, da criação e reiteração de categorizações sexuadas, de “[...] toda uma visão de mundo organizada em um sistema de atributos, de normas, de valores, etc., fixando uma

⁴⁴ [...] inherentemente relacional. la masculinidad existe sólo en contraste con *la femineidad*.

⁴⁵ “Una economía capitalista que trabaja mediante una división por género del trabajo, es, necessariamente, um proceso de acumulación de género”

oposição entre o “masculino” e o “feminino” (DEVREUX, 2005, p. 568).

Assim como as feminilidades, as masculinidades configuram-se de diferentes formas, visto que os sujeitos materializam-se a partir de condições objetivas diversas, no entanto a categoria homens, tem a exploração-dominação das mulheres como eixo estruturante. Nesse sentido, Connell (2010, p.12, tradução nossa) aponta a configuração de múltiplas masculinidades, que se constituem nos principais padrões de masculinidade imperantes atualmente no ocidente, que tem uma configuração hegemônica, podendo ser definidas como “[...] a configuração de prática genérica que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, a que garante (ou se toma para garantir) a posição de dominante dos homens e a subordinação das mulheres⁴⁶”.

Ainda que se aponte a existência de hierarquias entre homens, não se “pode elidir a determinação de que o patriarcado [nos marcos do capitalismo] é uma ordem de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. Há uma máquina (SAFFIOTI, 2004) em ação, que beneficia – ainda que diferenciadamente, em face de outras determinações – todos os homens” (PEREIRA, 2005, p.136).

Connell enfatiza que as relações de gênero, atravessam todas as instituições sociais, não estão circunscritas numa instituição particular – a família e o parentesco, por exemplo (CONNELL, 1987 apud PEREIRA, 2005, p. 127). No entanto, essa relevância não pode ser superdimensionada, na medida em que as relações sociais de sexo estão em relação com outras que são fundamentais a manutenção do sistema de dominação-exploração, sejam elas, raça/etnia e posição de classe (PEREIRA, 2005).

Torna-se necessário, pois, esmiuçar tais determinações, pois as relações sociais de sexo, de raça/etnia e a classe social formam “um nó” (SAFFIOTI, 1999) que desde o passado até o momento atual comportam a dominação-exploração dos homens sobre as mulheres. No caso da dominação-exploração masculina e da apropriação das mulheres cremos que o patriarcado mantém-se como base estruturante das relações sociais de sexo, logo, como uma das bases estruturantes das relações sociais

⁴⁶ “[...] la configuración de práctica generica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la garantiza (o se toma para garantizar) la posición de dominación de los hombres y la subordinación de las mujeres.”

antagônicas que sustentam a reprodução sociometabólica do modo de produção capitalista.

Assim sendo, discutiremos no próximo capítulo a configuração do patriarcado e sua conformação no modo de produção capitalista, tendo em vista que acreditamos que ele nomeia explicitamente as relações sociais de sexo produzidas neste modo de produção e que, portanto, deve ser questionado juntamente com esta ordem, haja vista ser uma dimensão importante de sua sustentação.

CAPÍTULO 2 - O PATRIARCADO E A ORDEM CAPITALISTA

“Fui duas mulheres e vivi duas vidas. Uma de minhas mulheres queria fazer tudo segundo os clássicos anais da feminilidade. [...] A outra queria os privilégios masculinos [...]. Aprender a balanceá-las e unificar suas forças, [...], tomou grande parte de minha vida. Creio que ao fim consegui com que ambas coexistam sob a mesma pele. Sem renunciar a ser mulher, creio que consegui também ser homem.”

(Gioconda Belli, 2002).

As discriminações e desigualdades de sexo não são especificidades das mulheres, são elementos fundamentais que estão na base e sustentam a dominação da classe trabalhadora (SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 2013). Ou seja, o lugar subalternizado das mulheres, como categoria social, na sociedade de classes, não é uma especificidade feminina, ele expressa a vigência do sistema de dominação-exploração masculina que é uma das determinações estruturantes da reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Os mecanismos capitalistas de exploração de classe necessitam espalhar sua conformação a todas as instâncias das relações sociais produzidas e operadas para sua manutenção. Conforme apontamos no capítulo anterior, tais mecanismos estendem-se e conformam as relações sociais de sexo – e de raça/etnia – configurando estes a partir de sua lógica excludente.

De acordo com Falquet (2008, 2012), estas relações se reconfiguram em todos os estágios de desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Notadamente, no que se refere à reprodução social, no sentido antropomórfico – educação de crianças, cuidado com pessoas idosas e doentes, manutenção da casa, de lugares de estudo e de trabalho e da vida social -, a globalização neoliberal provoca profunda reorganização nestas tarefas/atividades.

A mesma autora indica que tal reconfiguração reestrutura e reforça os espaços tidos como intrinsecamente femininos, na medida em que os torna mais funcionais à acumulação neoliberal, entretanto, não retira destes sua posição inferior no processo de estruturação social. A tendência neoliberal de desresponsabilização do Estado pela reprodução *stricto sensu* dos sujeitos, favorece com que o setor privado e

organizações não-governamentais absorvam a parcela mais rentável destes espaços e tarefas tidas como de segunda ordem - cuidados com a casa, com as crianças, alimentação, etc. - de um lado e, de outro lado, relega às famílias as

[...] tarefas mais ingratas e as demandas insolúveis. Os homens continuam, na sua imensa maioria, a auto dispensar-se destas tarefas, a carga recai sobre as esposas, mães e filhas. Ou, presas ao mercado de trabalho, muitas mulheres não podem se ocupar materialmente destas atividades. A tendência é, então, uma delegação massiva deste trabalho a terceiros⁴⁷ (FALQUET, 2012, p. 132, tradução nossa).

Esta configuração, ainda que provoque profundas alterações nas formas como as relações sociais de sexo se apresentam, mantém, por sua via, sua base fundante, expressando-se na manutenção de lugares e posições ainda considerados eminentemente masculinos e femininos. No que se refere aos lugares masculinos, outro autor, Welzer-Lang (2004), denomina tais espaços de socialização como “casa dos homens”, “[...] esse lugar múltiplo e plural em que [...] se constrói, se gera e se regenera o masculino, seus atributos e privilégios de gênero” (WELZER- LANG, 2004, p. 117) e segundo ele estes lugares contribuem para a reprodução das principais características tidas como masculinas, expressando mais incisivamente a vigência da exploração-dominação masculina e que estende seus domínios aos diversos espaços em que se configuram as relações sociais de sexo.

Em pesquisa intitulada “**A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um índice para os Estados Brasileiros**” (SOUZA, 2012), cujo objetivo foi o de estimar a magnitude das desigualdades entre homens e mulheres buscando estabelecer um Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG), foram definidas quatro dimensões indicadoras de desigualdades de gênero: Participação Econômica e Oportunidades, Educação, Poder Político, Saúde e Sobrevivência, e cada índice se desdobra em diferentes subitens como bem expressa a tabela abaixo.

⁴⁷ “[...] les familles sont obligées à s’occuper des tâches les plus ingrates et de la demande insolvable. Les hommes continuant dans leur immense majorité à s’auto-dispenser de ces tâches, la charge retombe sur les épouses, les mères et les filles. Or, prises sur le marché du travail, beaucoup de femmes ne peuvent pas matériellement s’en occuper. La tendance est alors à une délégation massive de ces tâches à des tierces personnes”.

As questões acima discutidas apresentam-se, a partir da referida pesquisa, em dados bastante objetivos, como por exemplo, a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, no acesso a educação formal, na diferença salarial, na participação política, etc. A tabela a seguir explica mais detalhadamente estas categorias.

TABELA 1- Estrutura do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero

ÍNDICES	SUBÍNDICES	FONTES
Participação Econômica e Oportunidades	Razão entre participação feminina e masculina no mercado de trabalho	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre salário médio estimado de mulheres e homens	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre quantidade de mulheres e homens que ocupam altos cargos	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre quantidades de profissionais técnicos mulheres e homens	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Disparidade salarial entre mulheres e homens ocupando a mesma posição (dirigentes e profissionais técnicos)	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Educação	Razão entre quantidade de mulheres e homens alfabetizados	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domincílio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

	Razão entre matrícula líquida de meninos e meninas no ensino fundamental	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domícnlio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre matrícula líquida de meninos e meninas no ensino médio	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domícnlio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre matrícula líquida de mulheres e homens no ensino superior	<i>Pesquisa Nacional de Amostra por Domícnlio (PNAD)</i> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Poder Político	Razão entre quantidade de mulheres e homens parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais)	Sites Governamentais
	Razão entre quantidade de mulheres e homens secretários de estado	Sites Governamentais
	Razão entre os números de anos de governo estadual entre mulheres e homens em 20 anos (1989-2009)	Sites Governamentais
Saúde e Sobrevivência	Razão entre a expectativa de vida feminina e masculina	Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
	Razão entre o número de nascimento de meninas e meninos.	Séries Estatísticas e Séries Históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Fonte: SOUZA, Luísa C. G. *A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um índice para os Estados Brasileiros*. Brasília: UNB. 2012.

A partir dessa organização, o INDG é apresentado com as médias de pontuação obtidas pelos estados em cada subitem e, em seguida, apresenta a pontuação nacional, obtida a partir do resultado de todos os itens discriminados na tabela acima. Consideramos relevante a indicação

desses dados, tendo em vista que compilam a maior parte dos dados nacionais oficiais sobre as desigualdades entre os sexos, revelando talvez de forma mais evidente – ainda que demandando análises mais aprofundadas –, a manutenção das relações sociais assimétricas entre homens e mulheres e, de maneira indireta, a ordem social desigual que impõe tais relações sociais.

Assim, no que se refere ao primeiro item: “Participação Econômica e Oportunidades” a pontuação média nacional obtida com as análises dos dados levantados em todos os subitens correspondentes é de 0,738, em uma escala que vai de zero (0) - máxima desigualdade a um (1) – igualdade. Quando este item é observado por estado da federação, Roraima apresenta o melhor resultado (0,87) e Santa Catarina o pior (0,67).

Quanto a “Educação”, o índice aponta um resultado nacional igual a um (1), entretanto, se observarmos homens e mulheres separadamente, perceberemos que entre as mulheres em idade de cursar o ensino médio, apenas 0,567 numa escala que vai até 1 têm matrícula efetiva. Entre os homens, na mesma faixa etária, esse número é ainda menor, 0,452. Ressalta-se, dessa forma, que ainda que se consiga relativo equilíbrio no acesso a educação entre homens e mulheres, este acesso ainda aparece limitado a uma faixa da população, não tendo abrangência universal. Pode-se inferir que, talvez, uma das questões a serem levantadas em relação ao acesso à educação formal seja a inserção de classe dos diferentes sujeitos, já que esse mesmo índice aponta um “afunilamento” em relação ao acesso à educação aos níveis iniciais e ao ensino superior, com visível redução do acesso neste último.

Quanto ao item “Poder Político”, o índice apresenta maior distância entre homens e mulheres, com resultado nacional de apenas 0,102. Destaca-se que no subitem “Governadores” a razão fica estagnada em zero (0). Este ponto evidencia mais fortemente, portanto, a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres, em favor dos primeiros e a (re)produção, via poder político, da ideologia dominante, que comporta as desigualdades de sexo, raça/etnia e classe, e que se espalha para todos os âmbitos das relações sociais.

Em relação ao último item do INDG, “Saúde e Sobrevivência”, o resultado nacional é igual a 1. Entretanto, ainda que o índice nacional seja relativamente satisfatório, em nenhum estado o INDG final foi igual a 1.

As dimensões de Participação Econômica e de Poder Político representam no índice geral como as mulheres brasileiras, em maior ou menor intensidade dependendo do estado onde vivem, ainda não usufruem do espaço público da mesma forma que os homens, seja no mercado de trabalho ou no exercício do poder governamental (SOUZA, 2012, p. 53).

O resultado final do índice nacional de desigualdade de gênero é de 0,710, indicando ainda a existência de desigualdades entre mulheres e homens na concretude da vida e das relações que se formam. Porém, somente a constatação da existência dessas desigualdades não explica o porquê, a pesar de todos os esforços e avanços, e considerando suas intensas reconfigurações (mas nunca supressão) elas ainda se mantêm.

Sustentamos que o sistema do capital, que tem sua gênese, manutenção e vigência, pela existência e manutenção de desigualdades e hierarquizações em todas as formas de relações produzidas sob seu ordenamento, lança mão de todas as possíveis formas de intensificação dessas relações, a saber, exploração de classe, mas também e, não menos incisivas de sexo e de raça/etnia.

A classe trabalhadora é constituída, portanto, por sujeitos sexuados, que pelas características mesmas da sociabilidade em que a estrutura de classes é construída e constrói, estabelecem relações desiguais e hierárquicas. Nesse sentido, no que se refere às relações sociais desiguais entre os sexos, Beauvoir (2009, p.193) já afirmava que “o problema da mulher sempre foi um problema dos homens”. Ou, como de maneira muito esclarecida indica Saffioti (1990, p. 27),

Não parece justo, ao discorrer-se sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também no da reprodução social homens e mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens, que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento. Em outros termos, a mulheres mutiladas correspondem, necessariamente, homens mutilados. É exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas

também aos homens. Seria impensável pretender mudar comportamentos femininos sem redefinir os papéis masculinos.

Assim, a classe trabalhadora – e toda classe social - não é homogênea, tem raça/etnia e tem sexo, entre outras características que a definem. Conforme Souza-Lobo (1991) a estratégia capitalista de divisão para manter seu poder se configura socialmente através das contraditórias relações de classe, raça/etnia e sexo. Os dois últimos, características naturais, se tornam mecanismos que funcionam como desvantagem no processo competitivo da ordem capitalista e atuam de maneira conveniente para a manutenção da estrutura de classes.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na construção das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo [...] assume [...] uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Portanto, a classe não é definida apenas nas e pelas relações de produção, Não é possível separar as relações de produção das relações sociais, por isso são relações sociais de produção. Estas relações são, por seu turno, constituídas das relações de sexo e de raça/etnia.

No que se refere às desigualdades historicamente constituídas sobre o fator sexo, o patriarcado,

[...] em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo, apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Sob a ordem do capital todos os sistemas de exploração são reforçados, notadamente o de classes, mas também o sistema racista e o sistema patriarcal (FALQUET, 2008). Tais sistemas, de acordo com Saffioti (2004) conformam o nó, patriarcado-racismo-capitalismo, contribuindo e também sustentando o atual modo de produção e reprodução da vida. Esta organização social baseada em relações desiguais e hierárquicas de classes, é atravessada, como já vimos, por relações sociais de sexo e de raça/etnia.

A exploração patriarcal e racista atende diretamente aos interesses dominantes. As discriminações, preconceitos e desigualdades produzidas sob seus domínios não são meramente questões específicas, atribuídas a sujeitos específicos - mulheres, gays, negras(os), lésbicas, etc. -, ainda que sejam particularmente mais violentas e incisivas nestes sujeitos. Elas são um problema de toda a classe, de toda a classe trabalhadora (CISNE, 2014).

Feminino e masculino são as formas socialmente preconizadas de ser mulher e de ser homem, que, mesmo não tendo somente associação com o sexo biológico, são hegemonicamente produzidas a partir dele. Porque o sexo é ontologicamente inerente ao ser social, e na complexidade histórica e das relações⁴⁸, a forma como esta categoria vai se expressando indica, manifesta sua função social, sua forma de *ser*

⁴⁸ Segundo Torriglia (1999, p. 60-61) a sexualidade como, elemento biológico, está determinado por múltiplas e diversas mudanças, que transformam a vida social e esta, por sua vez, também transforma os comportamentos em relação à sexualidade. Lukács afirma: [...] a atração sexual recíproca jamais perderá o seu caráter essencialmente corporal, biológico, mas com a intensificação das categorias sociais o relacionamento sexual acolhe cada vez mais conteúdos, que de fato alcançam uma síntese mais ou menos orgânica na atração física, mas que possuem em relação a esta um caráter – direta ou mediamente – humano-social heterogêneo. Assim como ocorre com todo desenvolvimento no interior da reprodução do ser social, esta também se externa de maneira desigual. Basta lembrar a homossexualidade dos cidadãos da pólis, cujo caráter ético-erótico é descrito pelos diálogos mais antigos de Platão, o papel das heteras na cultura em dissolução da pólis, o erotismo na espiritualidade ascética medieval etc. Nesse campo, a desigualdade do desenvolvimento surge da duplicidade da legalidade no âmbito do ser social: por um lado, a lei geral impele irresistivelmente no sentido de transformar as categorias desse ser em categorias sociais – criadas por homens, intencionadas para a vida humana –; por outro lado, as tendências que aí ganham expressão não possuem qualquer caráter teleológico, embora se sintetizem em tendências objetivas gerais a partir dos pores teleológicos singulares dos homens socialmente atuantes. (LUKÁCS, 2013, p. 174)

sujeitos sexuados, independentemente qual seja a prioridade ou maneira de sua manifestação – orientação da masculinidade ou feminidade. Tais padrões são apreendidos como naturalizados e já indicam a separação entre as características atribuídas ao macho e à fêmea, ao masculino e ao feminino.

O ser mulher e o ser homem são condicionados a modelos pré-determinados pela sociedade, e todas e todos devem apreendê-los a partir do que é socialmente atribuído aos homens e às mulheres⁴⁹. A categorização do sexo apresenta-se, pois, como uma das marcas de manutenção e reprodução das desigualdades.

A primeira das grandes categorizações sociais de sexo concerne, evidentemente, à partição dos indivíduos entre categorias de sexo, entre “homens” e “mulheres”. Seguiu-se toda uma visão de mundo organizada em um sistema de atributos, de normas, de valores, etc., fixando uma oposição entre o “masculino” e o “feminino” (DEVREUX, 2005, p. 568).

A epígrafe no início deste capítulo é bastante representativa desta afirmação. No trecho exposto, a escritora Gioconda Belli (2002) afirma que travou uma luta entre o ser homem e o ser mulher que habitam nela e em todos os seres sociais. Tanto do feminino quanto do masculino esperam-se determinadas características e formas de ser postas. Estas, por sua vez, devem ser hegemonicamente construídas nos corpos sexuados de homens e mulheres de maneira desigual e hierárquica, nas

⁴⁹ “Qualquer que seja o tipo de sua estrutura, todo o sistema social submete seus membros a um tipo especial de aprendizagem, chamado processo de socialização, através do qual os indivíduos introjetam padrões culturais vigentes e adquirem a habilidade necessária ao desempenho satisfatório dos papéis que a sociedade lhes atribui. [...] Nas sociedades urbano-industriais capitalistas, na medida em que o sexo constitui um dos fatores de regulamentação da competição no terreno profissional, os alvos do processo socializados e os mecanismos motivacionais que lança mão diferem segundo a categoria de sexo a que pertencem os indivíduos. Deste modo, o tipo ideal de personalidade masculina envolve não apenas uma orientação para valores predominantes no grupo familiar, como também e sobretudo marcante orientação para os valores cuja primazia na estrutura ocupacional permite a definição desta como o resultado de intenso processo competição. De outra parte, o tipo ideal de personalidade feminina implica acentuada preeminência da orientação para os valores sob os quais se organiza a vida familiar” (SAFFIOTI, 2013, p. 422).

quais características consideradas masculinas, portanto dos homens, adquirem *status* superior, privilegiado, dominante.

Tais construções, por sua vez, têm uma base material, dada pela forma sob a qual as relações sociais entre os sujeitos são produzidas. Conforme já indicamos, esta base material é dada pelo trabalho. Portanto, a desigualdade que atravessa as relações entre homens e mulheres, assim como o antagonismo de classes, não é um dado natural, mas antes, social.

Como nos indica Cristine Delphy (2009, p. 176, grifos da autora),

[...] o ser humano é social ou não é: este é o mundo que encontramos ao nascer e não há outro. Não há nada por baixo [da construção social]. Não é que uma construção social *tenha efeitos* sobre uma realidade social que existiria antes dela: é a realidade social.

O enunciado de Delphy “o ser humano é social ou não é” nos lembra quando Marx (2009, p. 127) assinalou nos *Manuscritos Econômico- Filosóficos* que “[...] um ser não objetivo é um *não-ser*” e somente pode se objetivar no movimento do real e na relação com o mundo e com os outros. Assim, e nessa direção os complexos sociais existem nas relações entre o ser social e o mundo - os complexos são relações; igualmente as transformações recíprocas consequentes destas relações, como também as intencionalidades do ser social com suas ações diante do mundo- relações entre teleologia e causalidade – constroem as estruturas sociais. Portanto, a sociedade é uma constante construção histórica, ou seja, a história é intrínseca ao ser social, por isso ontologia e historia não podem pensar-se separadamente, elas são inerentes. Não há nada que seja tão somente um determinismo biológico no ser social, tendo em vista a sua própria ação no mundo, todas as atividades humanas comportam e complexificam as dimensões inorgânicas e orgânicas, biológicas que constituem o ser social.

Como apresentamos no capítulo anterior, na sociedade de classes, fatores aparentemente desvinculados da estrutura de classe, são objetivados socialmente em favor de sua manutenção, tendo em vista que um dos pressupostos para sua manutenção é a existência e (re)produção das desigualdades entre os seres sociais

Não apenas durante o período de constituição da sociedade de classes, mas também no seu funcionamento, enquanto sociedade competitiva plenamente constituída, interferem fatores

aparentemente desvinculados da ordem social capitalista (aparentemente, meras sobrevivências de formações sociais já superadas) e em contradição com ela (também aparentemente). Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem (SAFFIOTI, 2013, p. 58-59).

É, portanto, na e a partir dessa realidade social, que se nos apresenta antagônica e desigual, e que se realiza a partir da atribuição de *status* hierárquicos aos sujeitos, considerados pelas suas características de sexo e raça/etnia, que se estrutura o patriarcado. Entendemos que o patriarcado permite caracterizar as relações sociais de sexos desiguais e esta categoria tem “[...] um força e uma clareza que permanecem apreciáveis” para a explicitação da vigência do vetor de exploração-dominância masculina direcionado às mulheres, como categoria social (FALQUET, 2012, p. 14, tradução nossa).

Destarte, torna-se necessário realizar no próximo item o esclarecimento da categoria patriarcado, tendo em vista que sustentamos que ele permanece como uma das bases estruturantes da desigualdade nas relações sociais de sexo e de manutenção da exploração-dominância masculina.

2.1. ORIGENS DAS DISCUSSÕES SOBRE O PATRIARCADO

A introdução do conceito de patriarcado, nos movimentos feministas, data do final da década de 1960 (AGUIAR, 1997; SAFFIOTI, 2009). Há, entretanto, divergências quanto à utilização desta categoria portanto, torna-se necessário o esclarecimento teórico da importância de sua utilização, na medida em que se considera que, justamente por estar presente e ser estruturante das relações sociais capitalistas, o patriarcado contribui para manter e encobrir os antagonismos de classes a partir de uma pretensa naturalização das desigualdades entre homens e mulheres.

Grande parte da confusão surge porque “patriarcado” ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. [A substituição desta categoria representaria a perda] do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens [...]. Abandonar o conceito [de patriarcado] significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 1993. p. 39-40).

A palavra patriarcado é atravessada de sentidos diversos, podendo apresentar variações diametralmente opostas, dependendo da intencionalidade de sua utilização. Em diferentes contextos, pode ser empregado em seu sentido literal, de governo do pai; apresentar-se como uma característica universal ou culturalmente variável dependendo da sociedade na qual se configura; ser tomado como uma vitória mundial do sexo masculino em detrimento do feminino; indicar que as relações patriarcais estão estabelecidas somente no âmbito da família ou, de outro lado, que atravessam a vida social como um todo.

O patriarcado teve sua primeira utilização no sentido religioso, que designava os primeiros dignitários da Igreja, os primeiros chefes de família (DELPHY, 2009). No sentido gramatical, o patriarcado significa, literalmente, a autoridade do pai. Mas essa configuração, muito além da autoridade do pai significa o efetivo domínio dos homens – como categoria social -, sobre as mulheres – como categoria social, e atravessa todo o tecido social. A palavra vem do grego, da combinação entre *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando).

Como o pai é forçosamente o primeiro e a origem em relação às gerações seguintes, a adição de *pater* com *arkhe* redobra a autoridade da origem, considerada uma evidência no termo *arqui*. [...]. Mas a palavra *pater* em si – a mesma em sânscrito, grego e latim – não designa o pai no sentido contemporâneo. Esse papel é preenchido pelo *genitor* – genitor. “A palavra *pater* tinha um outro sentido [...]. Na língua do Direito [aplicava-se] a todo homem que não dependia de nenhum outro e que tinha autoridade sobre uma família e um domínio” (FUSTEL DE COULANGES, 1864). A palavra “patriarcado” comporta, portanto, triplamente a noção de autoridade e

nenhuma noção de filiação biológica (DELPHY, 2009, p. 174).

Um segundo sentido atribuído à palavra, principalmente até os anos 70, postula que o direito materno foi substituído pelo direito paterno, chamando de patriarcado⁵⁰. Essa concepção traduz a imagem da sociedade composta de famílias sobre a autoridade de pai.

Já na acepção feminista, com a qual concordamos e defendemos nesta dissertação, o patriarcado “[...] designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

Deste modo, ele expressa a vigência da dominação-exploração masculina, na medida em que é um dos eixos estruturantes do atual modo de (re)produção da vida. Assim, entendemos que “colocar o nome da dominação masculina – *patriarcado* – na sombra, significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna *natural* essa dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004, p. 56). Ou seja, um dos pilares da ordem patriarcal é a universalização do masculino, ele designa a dominação dos homens, sejam eles pais biológicos ou não.

As relações patriarcais não são, portanto, familiares, ainda que atravessem também esta instituição. São relações sociais que atravessam todos os espaços da organização social, nomeiam as relações sociais de sexo e determinam uma forma e uma posição de “ser homem” e uma forma de “ser mulher” hegemônica, que contribuem enormemente à (re)produção da sociedade capitalista.

Interessa menos perquirir a história da origem do patriarcado, se é anterior ao capitalismo, se se refere ao surgimento da família patriarcal, embora a gênese permita entender o movimento desta categoria que expressa, na história, as formas como foi se configurando até a atualidade. Nesse sentido isto permite melhor compreender a sua dinâmica de funcionamento, que hoje mais que antes e com as características próprias torna-se necessária ao conjunto das relações que sustentam ordem capitalista, pois esta ordem tem na sua existência concreta e simbólica todo tipo de antagonismo de classes, e suas dimensões atravessadas pela existência concreta da desigualdade entre os sexos, expressa pelo patriarcado, uma das sustentações e estratégia de ocultamento da estrutura de classes pela naturalização de desigualdades a partir de caracteres naturais elaborados socialmente.

⁵⁰ Ver Engels (2009).

O patriarcado refere-se há milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres com primazia masculina. Não nomear explicitamente o patriarcado, portanto, incorre no risco de “neutralizar” a exploração-dominação masculina, encobrando a [...] estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas de convivência humana. É a estrutura de poder, e não apenas a ideologia que acoberta que o patriarcado diz respeito (SAFFIOTI, 2009, p. 35).

Portanto, ao abandonar a utilização do patriarcado⁵¹, considerando-o restrito, abandona-se também a marca do vetor da subordinação, exploração-dominação das mulheres, ou pensa-se que esta poderia ser superada sem uma transformação do modo de produção capitalista, já que, por esse caminho, as desigualdades e contradições de sexo não seriam partes constitutivas e constituintes desse processo. “A contradição não encontra solução nesse regime. Ela é passível de superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade” (SAFFIOTI, 2009, p. 14).

Longe de proporcionar uma representação linear que expressaria uma organização regida pelo “domínio do pai”, o patriarcado expressa o

⁵¹ À guisa de sustentar a importância da utilização da categoria patriarcado, destaca-se que seu abandono, ou não utilização, incorre num posicionamento que desconsidera os grandes antagonismos sociais. Seu abandono é decorrente de abordagens teórico-metodológicas, situadas hegemonicamente nas teorias pós-modernas, que, de acordo com Netto (2010, p. 261), por mais diferentes que sejam, apresentam traços em comum, no que se refere à: “aceitação da imediatividade [...], tende-se a suprimir a distinção clássica entre *aparência* e *essência* e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento [...]; recusa da categoria de *totalidade* – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacronizada em face das transformações societárias contemporâneas, ora porque se lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas – ou pelas duas ordens de fatores; semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva das hiper-realidades”.

processo de dominação-exploração das mulheres pelos homens. Descreve explicitamente a inferioridade das mulheres, que se expressa, conforme apontado no primeiro capítulo, pelas relações sociais de sexo antagônicas. Ele “[...] funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres”, é uma “[...] estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular deste poder” (SAFFIOTI, 2009, p. 7). É um esquema de pensar/sentir/agir que atravessa a construção social de todos os seres humanos.

A constituição do patriarcado é marcada, de acordo com Saffioti (2004, p.59), por dois fatos históricos: “1) A produção da excedente econômico [...]; 2) A descoberta de que o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida”. Nesses dois enunciados observamos que o patriarcado se constrói sobre uma estruturação desigual e antagônica que atravessa as relações sociais estabelecidas nas sociedades de classes.

A mesma autora indica o patriarcado como uma forma de expressão do poder político, na qual a diferença sexual é convertida em diferença política. Assim, a configuração social do patriarcado se dá nas próprias condições de ser e existir dos diferentes sujeitos, na materialidade da vida (SAFFIOTI, 2009, p. 28).

Destarte, a autora nos apresenta alguns argumentos em defesa da utilização do termo patriarcado:

- 1) Não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2) Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
- 3) Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4) Tem uma base material;
- 5) Corporifica-se;
- 6) Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

A utilização do patriarcado revela, desta maneira, a natureza específica da vigência e manutenção da dominação-exploração masculina, que se rege pelo controle e pelo medo, qual seja: a

apropriação coletiva das mulheres. Dois fatos, segundo Guillaumin (2005), manifestam a apropriação coletiva das mulheres. Um fato material e um ideológico.

O primeiro é uma relação de poder que se estabelece pela apropriação ilegítima, permanente, das mulheres pelos homens. A segunda é um efeito ideológico de uma pretensa ideia de natureza que determinaria o que é ser mulher.

O efeito ideológico não é de nenhuma maneira, uma categoria empírica autônoma, mas a forma mental que adquirem determinadas relações sociais; o fato e o efeito ideológico são dois lados de um mesmo fenômeno. O primeiro é uma relação social em que certos sujeitos são reduzidos ao estado de unidade material apropriada (e não de simples portadores de força de trabalho). O outro, o lado, a aparência ideológico discursiva, é a construção mental que faz destes mesmos sujeitos elementos da natureza: “coisas” no pensamento mesmo⁵² (GUILLAUMIN, 2005, p. 23, tradução nossa).

A ideologia tem uma função prática, é efetiva e, nesse sentido, é uma dimensão concreta da manutenção e reprodução das formas de ser homem e de ser mulher desiguais e da apropriação das mulheres. O patriarcado expressa toda a trama de constituição das relações sociais de sexo que se sedimentam sobre a apropriação coletiva das mulheres – ou de tudo que se aproxime e possa ser considerado feminino – e da manutenção da exploração-dominação masculina. Portanto, a utilização do termo de patriarcado é defendida, em detrimento, por exemplo, de dominação masculina, falocracia, relações de gênero, etc., pois expressa o que tais denominações indicam como também a força concreta e simbólica desse processo de exploração-dominação.

Nesse contexto da discussão, cabe destacar que os graus de subordinação das mulheres variam nas diferentes sociedades, espaço-

⁵² “El efecto ideológico no es de ninguna manera una categoría empírica autónoma, sino la forma mental que toman determinadas relaciones sociales; el hecho y el efecto ideológico son las dos caras de un mismo fenómeno. La una es una relación social en que ciertos actores son reducidos al estado de unidad material apropiada (y no de simples portadores de fuerza de trabajo). La otra, la cara ideológico discursiva, es la construcción mental que hace de estos mismos actores elementos de la naturaleza: “cosas” en el pensamiento mismo”.

tempo e localidade, entretanto, por mais diferentes que sejam, ainda apresentam uma legitimidade a que atribui sua naturalização.

A origem do patriarcado, portanto, está radicalmente ligada à apropriação masculina sobre o corpo da mulher, ou seja, ele veio legitimar a possibilidade de o homem poder “impor à mulher uma grande número de gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício” (PRADO, 1985, p. 55). [...] a apropriação sexual das mulheres, ou a chamada “obrigação sexual” é uma das mais fortes expressões do patriarcado, ou seja, da persistência da dominação masculina e da subserviência feminina (CISNE, 2014, p. 75).

A dominação masculina apresenta-se pois, como Direito sexual masculino, poder que os homens exercem por serem homens. Embora esta dominação seja bastante extensiva não se pode pensar nem se deve sustentar a naturalização posta da existência de uma aparente “universalidade” do patriarcado, justamente, desocultar estas relações implica mostrar o aspecto histórico na qual esta forma de organização é passível de superação. Indicamos apenas que o patriarcado dá luz/significação/interpretação à estrutura hierárquica que garante aos homens o direito de dominar as mulheres em todos os espaços em que as relações sociais de sexo são construídas.

Como sabemos, o patriarcado indica a dominação da categoria social mulher pela categoria social homem e, de acordo com Lerner (1986), estabelece suas práticas há seis milênios. Portanto, ele é um “[...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres.” (HARTMANN, 1979, p.232). Está, pois, inscrito na estrutura social que as relações estabelecidas sob a ordem patriarcal não são, portanto, naturais nem a-históricas, são construções sociais marcadas no tempo e no espaço.

Desta maneira, o patriarcado é um pacto masculino para a dominação-exploração das mulheres, que se particulariza nos diferentes momentos históricos, mas que não deixa de atravessá-los pois ele é constituído e constituinte das relações que se estabelecem entre os sujeitos. Conforme Saffioti (2004, p. 104),

[...] é imprescindível reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para

que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Primeiro porque este *constructo mental*⁵³ pode, sim, apreender a historicidade do patriarcado como um fenômeno social que é, além do fato de o conceito ser heurístico. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens.

A existência e manutenção da relação patriarcal não incidem somente na hierarquização entre os sexos. Essa configuração impõe, para ambos os sexos, limitações nas formas de “ser mulher” e de “ser homem”⁵⁴ a partir desse modelo hegemônico. Torna-se importante compreender que ele responde e está orientado por um sistema de exploração,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O patriarcado enovela-se com o racismo e com a sociedade dividida em classes não de forma quantitativa, mas na realidade resultante dessa junção, a simbiose patriarcado-capitalismo-racismo⁵⁵, que mantém a atual ordem de coisas. Nesse sentido o patriarcado é

⁵³ Conforme Saffioti (2004, p. 55) “o *constructo mental* pode ser um conceito ou uma categoria analítica, esta de menor grau de abstração que o primeiro”.

⁵⁴ Nessa perspectiva perde-se a compreensão dos homens e mulheres e a respectiva condição de sujeito de cada homem e cada mulher. Há elementos que se referem aos homens e às mulheres enquanto categorias, porém cada ser é sujeito de sua condição ao pertencer a essas categorias.

⁵⁵ SAFFIOTI, Heleieth. 1990, 2004.

constitutivo da formação do ser humano e materializa-se na construção dos diferentes sujeitos.

Na mesma linha de pensamento e recorrendo às discussões das feministas comunitárias⁵⁶, o patriarcado é um sistema de todas as opressões, de todas as violências, discriminações e desigualdades, historicamente construídas, sobre o corpo das mulheres. Voltamos a destacar que a superação de tais contradições, e a destruição da base material do patriarcado não é possível nessa sociedade, pois como ele é constitutivo/constituído dela/nela, só poderá ser superado com a superação do atual modo de produção.

Dessa forma, toda a nossa história, a nossa linguagem, a nossa racionalidade são patriarcais. O questionamento interno desse modelo torna-se necessário, na medida em que estamos - todas e todos – envolvidos/as por ele, mesmo aquelas/es que não legitimam sua (re)produção.

A complexificação das forças produtivas, - e tudo o que isto implica -, em especial sua tendência de estender seus tentáculos em todas as esferas da vida apropriando-se e marcando modos e formas de viver e pensar, baliza também aquilo que faz parte das relações e que constitui de maneira diferenciada a forma de *ser* sujeito, manifesto no sexo, na raça/etnia, que como indicamos, é da natureza do ser, natureza biológica e que está posta na vida porque é social, porque é relação, acentuando-se cada vez mais todo tipo de subordinação, entre elas, das mulheres.

É nesse sentido que concordamos com Saffioti (2009, p. 30), “[...] quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas”. Portanto, não há de um lado dominação patriarcal e dominação racista e de outro, exploração capitalista. Os três são constitutivos do sistema de dominação-exploração patriarcado-racismo-capitalismos que sustentam a Ordem do Capital.

Assim, capitalismo e patriarcado conformam uma dupla – e agregado a eles, o racismo -, que deve ser posta em questão como um conjunto e não podem ser pensados separadamente, na medida em que é necessário desvelar suas relações e capacidade de reprodução. Conforme Iasi (2014, p. 134) o caráter de nossa atual sociedade concebe “[...] uma interação dialética onde a exploração de classe [...] se dá por mediações

⁵⁶ CABNAL, Lorena. 2010.

onde uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, a hierarquização de poder e funções segundo o sexo”.

O patriarcado pressupõe dominação – exploração sobre a mulher em todos os espaços da vida – pública e privada⁵⁷ – e serve, no capitalismo, para a manutenção do poder do macho, branco, heterossexual e pertencente à classe dominante. Assim temos mais uma questão a considerar na dominação-exploração masculina, ela também está atravessada pelas mediações privado/pessoal - o público/político. Igualmente temos que o mundo público é dos homens, e o mundo privado também é dos homens, porque, entre outros aspectos, ele é interno à esfera pública. E, o feminino e masculino, situados em escala desigual e hierárquica, pertencem a “máquina do patriarcado” confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independente da presença da figura humana a quem é direcionado tal poder (SAFFIOTI, 2004).

Entendemos que em grande parte dos casos a ordem masculina acaba por vencer e isso responde pelas continuidades, pelas permanências. O patriarcado diz respeito ao mundo público tanto quanto ao privado, sua estrutura de poder e hierarquia contaminam toda a sociedade. Já que o mundo público e o privado, produção e reprodução social, são inseparáveis para a compreensão do todo social.

De acordo com Pateman (1993), a dissociação entre o público e o privado, apregoada pela ideologia liberal-patriarcal, sustentam ainda mais a vigência desse sistema de dominação-exploração masculina. Nas suas palavras,

O privado ou pessoal e o público ou político são sustentados como separados e irrelevantes um em relação ao outro; a experiência cotidiana das mulheres ainda confirma esta separação e, simultaneamente, a nega e afirma a conexão integral entre as duas esferas. A separação entre o privado e o público é, ao mesmo tempo, parte de nossas vidas atuais e uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal. A separação entre a vida doméstica privada das mulheres e o mundo público dos homens tem sido constitutiva do liberalismo patriarcal desde sua gênese e [...] tem

⁵⁷ O privado aqui se refere ao pessoal e também no sentido a partir da exposição até aqui realizada, refere-se à relação que se estabelece entre os homens e as mulheres, ficando para os primeiros o “mundo público” e para as segundas “o mundo privado”, doméstico.

estado presente como o ideal de todas as classes sociais da sociedade (PATEMAN, 1993, p. 131).

Cotidianamente esta conformação pode ser visualizada na reprodução das diversas formas de “rituais” realizados por homens e mulheres e que demarcam seus espaços de sociabilidade nas relações sociais que estes constroem. Um exemplo dessa afirmação pode ser visualizado, no Brasil, nas festas em torno das gestações/gravidez. Uma delas, denominada “chá de bebê” mantém-se em diversas regiões como um lugar hegemonicamente feminino, no qual os homens estão proibidos de cruzar suas fronteiras, reforçando a ideia de que a gravidez, a formação de um novo ser é atividade exclusiva das mulheres, portanto do espaço privado/pessoal, função das mulheres na esfera da reprodução social.

Entretanto,

As esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado nas relações sociais de classe, “raça” e sexo (incluindo a sexualidade), podemos denomina-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformado por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente “consustancias” e “coextensivas” (CISNE, 2014, p. 86).

O patriarcado é, portanto, um caso específico das relações sociais de sexo e, juntamente com o capitalismo e o racismo, conformam uma forma de existir, comportamentos, valorações, crenças⁵⁸ que mantêm a atual ordem de coisas. Ou como já explicitamos, a ordem do capital tem no patriarcado uma de suas sustentações, já que com a reconfiguração e manutenção de um modelo de desigualdades sexuais, o capitalismo estende seus domínios também sobre uma categoria de sexo. Essa é uma construção concreta e simbólica, para além de sexual, na medida em que é constitutiva do modo de pensar/sentir/agir dos sujeitos sociais e apresenta seus impactos, por exemplo, na manutenção e (re)produção da dominação-exploração masculina. Esta não se estabeleceu somente no conjunto das relações familiares, individuais, mas para além, tem

⁵⁸ SAFFIOTI, 1990, 2004.

colaborado para sustentar as sociedades de classes e, especificamente, o modo de produção capitalista.

A realidade que se configura por essa relação, impacta diretamente na configuração do mundo do trabalho e, conforme indica Nogueira (2013), existe uma forte inter-relação da precarização da condição de trabalho da mulher e sua inserção na divisão sociosssexual do trabalho, sustentadas sob os mandos da ordem patriarcal.

Ou seja, a crítica da mulher trabalhadora (bem como a do trabalhador) ao modo de produção capitalista não deve ater-se somente à análise das relações de exploração e precarização existentes no mundo produtivo. A crítica deve compreender também toda a opressão presente na hierarquização patriarcal instituída no espaço da reprodução (NOGUEIRA, 2013, p. 77).

Portanto é a ordem patriarcal que mantém o sistema de exploração-dominação dos homens sobre as mulheres e contribui para a sustentação da ordem do Capital. O patriarcado sustenta-se na construção das desigualdades entre os sexos, que, simbiotizado ao capitalismo, espalha seus domínios em todos os espaços de sociabilidade.

Assim, a ordem patriarcal, materializa-se por meio de perdas consideráveis, tanto para mulheres, quanto para homens, na medida em que, mesmo ocupando posições contrárias, são exigidos de ambas as categorias de sexo padrões de comportamento, socialmente aceitos, que condicionam sua forma de ser, produzindo perdas significativas para a sociedade em decorrência do sistema de dominação-exploração (PEREIRA, 2005).

Uma vez que nas nossas sociedades as duas categorias de sexo cobrem a totalidade do campo social, parece lógico que qualquer especificidade de uma se defina apenas em sua relação com a especificidade da outra, e que uma e outra *não possam ser estudadas isoladamente, pelo menos antes de terem sido totalmente conceituadas como elementos de um mesmo sistema estrutural* (MATHIEU, 1991, p. 7 apud WELZER-LANG, 2004, p 108, grifos da autora).

A ordem patriarcal comporta, então, as relações hierarquizadas e desiguais entre os sexos e dá significação à exploração-dominação das

mulheres em todos os espaços da vida, bem como a naturalizada⁵⁹ supremacia do homem. É o fórum privilegiado das relações desiguais entre homens e mulheres e, justamente por essa razão, não se pode desconsiderar a sua dimensão histórica. Nesse sentido, o patriarcado se sustenta principalmente a partir de um pacto de opressão masculina sobre as mulheres.

A opressão é uma relação social entre opressores e oprimidos, onde o opressor realiza a repressão e, por conseguinte, coerção do oprimido. A repressão é o impedimento de determinados comportamentos, ideias, etc; e a coerção é o constrangimento à efetivação de determinados comportamentos, ideias, etc. A opressão ocorre na sociedade de classes ligada indissolúvelmente ao processo social de reprodução social e ocorre de forma hierárquica, sendo que quando mais baixo o “estrato”, maior o grau de opressão (VIANA, 2010. p. 41).

A libertação das mulheres passa pela libertação dos homens e ambas dependem de diversas outras formas de libertação e isto significa, entre outros aspectos, a libertação de todas e todos os/ as sujeitos submetidos ao processo de dominação-exploração do modo de produção capitalista. A consciência que as mulheres têm de si mesmas não deriva da socialização que tiveram, mas sim de sua posição e inserção como mulheres na estrutura de classes. O mesmo pode ser dito no que se refere aos homens. Logo, não é somente tomando consciência das discriminações sofridas pelas mulheres que se irá almejar uma efetiva transformação social, tendo em vista que esta transformação atravessa o questionamento do ordenamento social posto.

Portanto, no item que se segue, realizamos aproximações às dimensões sustentam a ordem patriarcal e, por via de consequência, mantem a dominação-exploração masculina.

⁵⁹ Digo naturalizada, pois, hegemonicamente, se visualiza uma superioridade masculina que atravessa todas as instituições, no entanto, não se considera tal superioridade como dada naturalmente, por uma possível constituição biológica superior do homem, mas sim, que ela é construída socialmente, e serve para a manutenção e reprodução de sua dominação-exploração.

2.2. ORDEM PATRIARCAL E AS DIMENSÕES QUE SUSTENTAM A EXPLORAÇÃO-DOMINAÇÃO MASCULINA

A perspectiva mais comum em nossas sociedades é a noção de identidade sexual, muito difundida pela ordem patriarcal. De acordo com Mathieu (2005), esta noção se refere a uma bipartição absoluta do sexo. Nas suas palavras: “o fato de ser macho (*maleness*) corresponde ao masculino, e o fato de ser fêmea (*femaleness*), ao feminino. O modelo é a heterossexualidade, concebida do ocidente como uma expressão da Natureza” (MATHIEU, 2005, p. 135).

Destarte, na ordem patriarcal é o sexo biológico que determina o que socialmente é elaborado com “ser homem” e “ser mulher”. Há, portanto, uma primazia da lógica heterossexual. Espera-se de machos e fêmeas padrões de comportamento que correspondam ao que se entende como sendo homem e mulher, masculino e feminino e que, por sua vez, os sujeitos se inter-relacionem no âmbito das relações homem-mulher.

Nas relações sociais o que corresponde a esta perspectiva é, por suposto, a estratégia da feminilidade imposta às mulheres e a da masculinidade apreendida aos homens. A diferença dos sexos é concebida como fundadora da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica [...] dentro da ótica sexualista das sociedades ocidentais, o sexo das mulheres é, sobre tudo, um não-sexo masculino. De fato, a mulher não tem sexo, é um não-macho. Um homem sem pênis é então, forçadamente, uma mulher, ainda que o sexo artificial que o fabrica não tenha nada a ver com um sexo feminino. Uma mulher sem vulva nem vagina não pode ser um homem porque o pênis artificial não tem nada a ver com um sexo masculino⁶⁰ (MATHIEU, 2005, p. 135-139, tradução nossa).

⁶⁰ “En las relaciones sociales, lo que corresponde a esta perspectiva es por supuesto la estrategia de la *femineidad*, impuesta a las mujeres, y de la masculinidad, aprendida a los hombres. La diferencia de los sexos se concibe como la fundadora de la identidad personal, del orden social y del orden simbólico. [...]dentro de la óptica sexualista de las sociedades occidentales, el sexo de la mujer es, sobre todo, un no-sexo masculino. De hecho, la mujer no

O patriarcado, dessa forma, se sustenta pela (re)produção rígida do padrão “ser homem”, “ser mulher” que, ademais, mantém o modelo masculino, de heterossexualidade compulsória, da virilidade, melhor dito, das relações sociais de sexo antagônicas e da dominação-exploração masculina. Como já discutido no capítulo anterior, tal conformação se dá sob as bases do modo de produção capitalista e é um dos fatores que contribuem para a manutenção e reprodução de seu controle sociometabólico. Logo, a ordem patriarcal além de contribuir para o acobertamento da estrutura de classes, sustenta essa estrutura, na medida em que com a presença da desigualdade entre homens e mulheres⁶¹, hierarquizando suas posições contribuiu para uma ainda maior valorização do mais-valor.

É importante destacar que existem diferentes graus de dominação-exploração patriarcal, substancialmente diferentes segundo a evolução e o desenvolvimento de cada sociedade em distintos momentos históricos. Entretanto, o traço comum desta ordem, se dá, como já exposto, pela manutenção do “eu” social masculino. É este traço hegemônico que afirma sua legitimidade.

Portanto, o patriarcado também pode ser definido como um sistema de relações sociais de sexo, sustentadas por diferentes instituições, instaurado pelos homens que, como grupo sociais, apropriam-se de forma coletiva e individual, das mulheres e de seus corpos, também de forma coletiva e individual.

O masculino se apresenta como o termo neutro, objetivo, o sujeito universal. O processo de formação do que se entende como a ordem foi construída a partir do masculino, da desigualdade sexual e no capitalismo essa lógica é (re)produzida, servindo como uma das mediações sustentadoras das relações sociais antagônicas.

tiene sexo, es un no-macho. Un hombre sin pene es entonces forzosamente una mujer, *aunque* el sexo artificial que le fabriquen no tenga nada que ver con un sexo femenino. Una mujer sin vulva ni vagina no puede ser un hombre *porque* el pene artificial no tiene nada que ver con un sexo masculino”.

⁶¹ Entendemos que a conformação macho/homem/masculino, fêmea/mulher/feminino, atravessa a constituição dos sujeitos em todas as suas formas de relação, entretanto, essa configuração, ainda que hegemônica, pode se apresentar das mais diversas formas. O que se quer destacar com isso é que os sujeitos e suas relações são múltiplas, mas que a estruturação predominante das relações sociais de sexo ainda é constituído por esse binarismo e portanto é ele que deve ser atacado e questionado, já que, como vimos, é um dos pilares sustentadores da reprodução da ordem do capital.

Assim, a ordem patriarcal, no modo de produção capitalista, indica a contínua dominação dos homens (brancos, ricos e heterossexuais) sobre as mulheres e demais segmentos da sociedade considerados subalternizados. Com um nítido recorte de classe, as relações patriarcais se estabelecem sob o domínio do homem, mas do homem burguês que reforça a dominação e o antagonismo de classes.

Os *status* desiguais de homens e mulheres são necessários para a ordem do capital, assim como os *status* raciais/étnicos. Porque, conforme já apontado, esse sistema se simbiotiza à ordem do capital e, portanto, deve ser combatido juntamente com esta se se realmente almeja a plena emancipação dos sujeitos.

Como assinalamos no item anterior e de acordo com Saffiotti (2004), há três contradições fundamentais: a de sexo, de raça/etnia e de classe. Além dessas, Falquet (2012), acrescenta mais um aspecto importante a essa conformação, que denomina sistema de opressão heterossexual.

A partir desta indicação de Saffiotti, consideramos que existem algumas dimensões importantes que consolidam, sustentam e explicitam a ordem patriarcal como, por exemplo, a monogamia e a apropriação sexual das mulheres e a heterossexualidade compulsória associada a uma das características hegemônicas do masculino, a virilidade. Estas dimensões serão apresentadas nos próximos subitens já que entendemos que o patriarcado qualifica as relações sociais de sexo e explicita o vetor da dominação-exploração masculina.

A grande diversidade cultural do mundo faz com que as formas de materialização da ordem patriarcal não sejam exatamente as mesmas em todos os espaços, entretanto, as características apresentadas acima parecem permanecer como pilares sustentadores desta ordem de coisas.

2.2.1. A Monogamia e a apropriação sexual das mulheres.

Conforme expusemos, o patriarcado revela a apropriação coletiva das mulheres por parte dos homens. Esta apropriação está visceralmente vinculada à monogamia. Melhor dito, à exigência da monogamia feminina. Também a origem da monogamia se situa no surgimento das sociedades de classes e da propriedade privada (ENGELS, 2009; LESSA, 2012). As sociedades de classes, para sua manutenção, necessitam intensificar a exploração dos seres humanos como também criar mecanismos que, ao mesmo tempo encubram e deixem

minimamente controlável as resistências a tal exploração. A monogamia, exigida às mulheres é um desses mecanismos.

Na ótica patriarcal as mulheres são propriedades dos homens e a (re)produção dessa lógica é importante para a cada vez maior exploração da classe trabalhadora, na medida em que nivela ainda mais abaixo os sujeitos.

Talvez esta organização tenha sua expressão mais imediata na família nuclear patriarcal e monogâmica. A sustentação da ordem patriarcal (e também da ordem racista) tem sua base mais explícita na organização da família nuclear burguesa⁶², núcleo duro da manutenção e reprodução da força de trabalho e da exploração do trabalho desvalorizado das mulheres, esferas indispensáveis da lógica de acumulação capitalista. “A família, portanto, é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres” (CISNE, 2014, p. 81) e da vigência e manutenção da exploração-dominação masculina.

[...] a família é uma unidade de produção. Família em latim designa um conjunto de terras, de escravos, de mulheres e crianças submissos ao poder (então sinônimo de propriedade) do pai de família. Nessa unidade o pai de família é dominante: o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence ou em outros termos a família é um conjunto de indivíduos que deve seu trabalho a um chefe (DELPHY, 2009, p. 175).

Como expressão mais incisiva da ordem patriarcal, o microsomo da família nuclear – para citar Meszaros (2009) – tem papel imprescindível de reprodução da espécie humana e participação em todas as relações do macrocosmo social. Ela apresenta algumas funções peculiares:

- 1) É uma instituição que regula e mantém a distribuição desigual e as necessidades de vida;
- 2) Perpetua essa divisão desigual de uma geração a outra;

⁶² Modelo de família hegemônica presente simbólica e concretamente na sociedade, na medida em que, ainda se atribui a essa configuração imposta pelas instituições o “jeito certo de viver em família” (SZYMANSCHI, 2000, p.25), considerando os demais arranjos como desviantes, e individualizando suas demandas sociais.

- 3) É a forma mais barata possível de reprodução das gerações de trabalhadores e trabalhadoras;
- 4) Cumpre uma função ideológica imprescindível (WATERS, 1977).

Na mesma linha de pensamento, Mészáros (2002, p. 271), indica que o aspecto mais importante da família

[...] na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a *internalização*- do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como *normais*. [...]. No fundo esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamentos pessoas mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto pela indispensável subordinação do “microcosmo” específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo. [...] Esta é a razão pela qual o tipo de família dominante deve estar estruturado de maneira apropriadamente autoritária e hierárquica.

É, portanto, no seio e a partir da família nuclear burguesa, que tem o papel ideológico de difusão do conservadorismo, que a ordem patriarcal se reproduz mais incisivamente e se espalha a todas as esferas de produção e reprodução da vida social.

Decorre dessa lógica a necessidade da monogamia feminina, coroadando um modelo de família baseada no patriarcado e que desloca para o âmbito privado as relações consideradas imediatamente do âmbito da reprodução biológica. Destarte, inaugura-se uma forma de relação social que separa o pessoal/privado do público/político, e demarca ainda mais os territórios do masculino e do feminino.

Como a família patriarcal situa-se no âmbito das relações privadas e do controle masculino, exige-se das mulheres um padrão de

sexualidade que reforce esses domínios, que se dá também pelo controle da sexualidade, a partir da exigência da monogamia das mulheres.

Nas palavras de Cisne (2014, p 75),

Destacamos a monogamia como feminina porque, historicamente, a monogamia só foi exigida às mulheres. Mesmo em sociedade onde legalmente a poligamia é proibida também aos homens, socialmente ela é legitimada, prova disso é a crescente prostituição e o tráfico de mulheres que vêm, progressivamente alimentando o “mercado do sexo”, com forte expressão no turismo sexual. As relações extraconjugais praticadas por homens são, portanto, estimuladas pelo “mercado sexual”. Já uma mulher que pratica o adultério não apenas é deslegitimada, mas é moralmente julgada e condenada [...].

Assim, a prostituição acompanha exigência da monogamia feminina, é o seu avesso na ordem posta, determinando o que hegemonicamente de (re)produz como a maneira correta de “ser mulher”. Aos homens a posição é sempre de dominador, e nesse sentido, a motivação primeira no que se refere à apropriação sexual das mulheres é o controle e o poder, não somente sobre sua força de trabalho, como também sobre seus corpos. A exigência da monogamia feminina e prostituição são duas das expressões mais aparentes desse processo de apropriação sexual estabelecido pelo patriarcado. Eles expressam mais evidentemente a vigência da dominação-exploração masculina e a subserviência feminina.

A poetisa moçambicana Noémia de Sousa (2001), expressa em um de seus poemas sobre a Guerra Colonial Africana, esta apropriação coletiva dos corpos das mulheres e também as resistências que se constroem no cotidiano. Vejamos:

*“Somos fugitivas de todos os bairros de zinco e caniço,
Fugitivas das Munhuanas e dos Xipamanines,
viemos do outro lado da cidade
com nossos olhos espantados,
nossas almas trancadas,
nossos corpos submissos escancarados.
[...]*

Vemos...

*Fugitivas dos telhados de zinco pingando cacimba,
do sem sabor do caril de amendoim quotidiano,
do doer de espádua todo o dia vergadas
sobre sedas que outros exibirão,
dos vestidos desbotados de chita,
da certeza terrível do dia de amanhã
retrato fiel do que passou,
sem uma pincelada verde forte
falando de esperança,*

[...]

E viemos....

Oh sim, viemos!

*Sob o chicote da esperança,
nossos corpos capulanas quentes
embrulharam com carinho marítimos nómadas de outros portos,
saciaram generosamente fomes e sedes violentas...
Nossos corpos pão e água para toda a gente.*

Vemos...

*Ai mas nossa esperança
venda sobre nossos olhos ignorantes,
partiu desfeita no olhar enfeitado de mar
dos homens loiros e tatuados de portos distantes,*

[...]

*partiu na crueldade fria e tilintante das moedas de cobre
substituindo as de prata,
partiu na indiferença sombria da caderneta...
E agora, sem desespero nem esperança,
seremos em breve fugitivas das ruas marinheiras da cidade...*

E regressaremos,

*Sombrias, corpos floridos de feridas incuráveis,
rangendo dentes apodrecidos de tabaco e álcool,
voltaremos aos telhados de zinco pingando cacimba,
ao sem sabor do caril de amendoim
e ao doer do corpo todo, mais cruel, mais insuportável...
Mas não é a piedade que pedimos, vida!*

Não queremos piedade

*daqueles que nos roubaram e nos mataram
valendo-se de nossas almas ignorantes e de nossos corpos macios!
Piedade não trará de volta nossas ilusões
de felicidade e segurança,
não nos dará os filhos e o luar que ambicionávamos.*

*Piedade não é para nós.
Agora, vida, só queremos que nos dês esperança
para aguardar o dia luminoso que se avizinha
quando mãos molhadas de ternura vierem
erguer nossos corpos doridos submersos no pântano,
quando nossas cabeças se puderem levantar novamente
com dignidade
e formos novamente mulheres!”*

O poema expõe de forma delicada, porém bastante direta, as veias abertas da ordem patriarcal vigentes sob o capitalismo, indicadas pela apropriação coletiva das mulheres discutida nesta dissertação. Esta apropriação, ainda que se manifeste de diferentes formas no tempo-espaço – como a proibição do divórcio em alguns países, a obrigação das mulheres vestirem-se de determinada maneira, burca, vestidos, maior ou menor liberação das mulheres dependendo do país e do contexto político favorável – apresenta-se como sustentadora do *status quo*.

2.2.2. *Heterossexualidade Compulsória.*

Outra dimensão fundamental da manutenção da ordem capitalista-patriarcal-racista é a heterossexualidade compulsória. Para tratar dessa concepção é importante compreender que

Ao contrário do uso corrente que enfraquece consideravelmente seu alcance, a heterossexualidade de que falamos tem pouco a ver com as pulsões e práticas sexuais: trata-se de uma potente instituição social, amplamente endossada ao Estado e à Nação e que desempenha um importante papel na circulação de pessoas. [...] ela contribui de modo central não somente na organização da aliança, da filiação e da herança, mas de modo mais fortemente ainda na construção

e na naturalização dos sexos, mas também das raças e das classes (FALQUET, 2008, p. 132).

Este conceito foi primeiramente forjado pelas lésbicas feministas e tem em Monique Wittig (1992) sua principal teórica. As relações sociais de sexo expressas pelo patriarcado tem como ponto de partida o poder, a dominação de um sexo sobre o outro. Assim, a heterossexualidade constrói e naturaliza os sexos, para o exercício da sexualidade e do trabalho. Ela garante o estabelecimento de um sistema de filiação e transmissão de herança legítimo, para um acesso mais rápido aos bens e recursos (FALQUET, 2008).

Isto significa entre outros aspectos que a heterossexualidade se constrói pela “[...] possibilidade de fazer circular o patrimônio social e econômico de acordo com linhagens que não seriam as da família patriarcal e patrilinear dominante” (FALQUET, 2008, p.133). Assim, a compreensão de que a heterossexualidade funda o que se compreende por homem e mulher atravessa as relações sociais de sexo e determina a hierarquia entre os homens e as mulheres que sustenta a apropriação coletiva destas últimas. Este arquétipo normativo atravessa, inclusive, as diferentes práticas de sexualidade existentes, bem como o processo de reprodução de classes e de raça/etnia.

A heterossexualidade intervém também no processo de reprodução e de naturalização da “raça” e da classe. Potente é o mito segundo o qual os proletários e o(a)s racializado(a)s nascem “naturalmente” da união heterossexual de dois proletários ou de duas pessoas racializadas. [...] o sistema da heterossexualidade, fortemente estruturado pelas leis e políticas do Estado nacional, organiza a circulação de pessoas de acordo com o sexo, a classe e a “raça”, o mesmo ocorre com a possibilidade de acesso ao mercado do trabalho [...]. Estado nacional e sistema heterossexual são estreitamente unidos para regulamentar a circulação das pessoas, de seus descendentes e sua capacidade de contrato são pilares do acesso ao trabalho assalariado – sem mencionar a propriedade (FALQUET, 2008a, p. 134-135).

As sociedades patriarcais são organizadas, portanto, tomando como que certo que uma de suas bases de formação é a heterossexualidade. As relações sociais se colocam em questão a partir

do modelo heterossexual, ou como cunhou Wittig (1992), do pensamento hétero. E esse pensamento oprime todos os sujeitos que estão numa posição de submissão, já que dita a norma a ser perseguida. Ou seja, oprime todas as mulheres, homossexuais, diferentes raças/etnias, contribuindo assim para a (re)produção das relações de exploração-dominação.

No que se refere ao masculino, ao ser homem, tal concepção indica sua maneira de (re)produção pautada no “ser macho”, na virilidade, já que para seu estabelecimento é necessário distanciar-se do que é considerado passivo, feminino e portanto, distanciar-se da categoria social mulheres e, por suposto, da homossexualidade.

O termo virilidade vem do latim – *virillitas* – de vigor, energia. Tais características, na ordem patriarcal, são associadas ao masculino, ao tornar-se homem. A virilidade é, portanto, considerada quase sinônimo de masculinidade, já que esta está associada à atividade, principalmente sexual, que a virilidade do macho expressa. Gioconda Belli (2002) expressa essa associação da virilidade com o sexo em um de seus poemas: “Que minhas mãos sejam feito rios entre teus cabelos./ Meu ventre, uma gamela cálida para tua virilidade”.

Portanto, toda forma de exercício da sexualidade que não seja a heterossexual é considerada desvalorizada, capaz de ser dominada. Essa dimensão rege concreta e simbolicamente o modelo hegemônico do ser homem.

Conforme Welzer-Lang (2004, p. 121, destaque do autor), referindo-se a tal imperativo heterossexual nos indica que,

[...] por um lado [a heterossexualidade], define a superioridade masculina em relação às mulheres, e, por outro lado rege o que deve ser a sexualidade masculina, resulta na produção de uma norma política andro-heterocentrada e homófoba que nos diz o que deve ser o homem *de verdade*, o homem normal.

Assim, as relações entre os sujeitos (homem-homem, homem-mulher, mulher-mulher) são estruturadas a partir da formação hierarquizada entre homens e mulheres que dita, por sua via o que deve ser homem, logo o que deve ser o lado positivo dominador da relação. Esse *status* é conferido pela virilidade que atravessa todos os espaços nos quais se estabelecem as relações sociais e se refere à centralidade conferida ao masculino nessa organização.

As relações dos homens entre si e com as mulheres são estruturadas na concreção hierarquizada das relações entre homens e mulheres. A virilidade garante, portanto, a condição heterossexual que deve ser preservada e que garante a (re)produção da ordem patriarcal nos marcos do capitalismo.

Dessa forma “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p. 461). Conforme procuramos demonstrar na discussão realizada nesta dissertação, esta dominação-exploração masculina é travada nos marcos da ordem patriarcal, expressa pelas relações sociais de sexo que são uma das determinações basilares de sustentação da (re)produção sociometabólica do capital.

Assim sendo, buscar a compreensão das relações sociais capitalistas, objetivando a sua superação, requer considerar as determinações que sustentam tais relações e que, por isso, atravessam e conformam as relações de classe. Entendemos que na atual sociabilidade, as questões que envolvem o que Mészáros (2002) denominou de libertação das mulheres passa pela compreensão das relações sociais de sexo, expressas pelo patriarcado.

Esta conformação mantém vigente o processo de exploração-dominação masculina, e constrói as desigualdades que atravessam as duas categorias de sexo. Daí decorre a necessidade de pensar tais relações como formadoras de um sistema de oposição hierárquica entre o masculino e o feminino, considerados relacionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ - Nós homens, geralmente, costumamos a aceitar partilhar certas coisas com as mulheres. Afeta-nos o espírito competitivo. Há um grau de satisfação em se sentir importante frente à mulher [...]. Todos somos machistas, Lavínia. Até vocês, mulheres. O duro é perceber que não devemos sê-lo”.

(Gioconda Belli, 2000).

O questionamento propulsor da pesquisa ora apresentada centrou-se na necessidade de compreensão sobre como, no processo de complexificação das relações sociais, as características biológicas inerentes ao ser social vão sendo tomadas como marcas de desigualdades e tornam-se um elemento de exploração-dominação na ordem do capital. Nesse caso específico, como as relações sociais de sexo apresentam-se neste contexto.

Entendemos que a dominação-exploração masculina e a subordinação das mulheres constituem um processo histórico, que intensifica a exploração do capital sobre o trabalho. O capital impõe a desigualdade em todas as esferas sociais, no microcosmo e no macrocosmo social. Logo, a constituição das relações sociais de sexo antagônicas é intrínseca às relações sociais capitalistas, dado que estas são basilares da produção e reprodução da vida material. Conforme procuramos indicar nesta dissertação, caracteres naturais, como o sexo e a raça/etnia, são assimilados como marcas de desigualdades nesta organização social.

As relações sociais construídas sob a égide do modo de produção capitalista são, portanto, atravessadas por desigualdades e hierarquias. O são, pois a produção e reprodução da vida são assim pautadas: desiguais e hierárquicas. Ou seja, existem sujeitos que acessam mais privilégios que outros dependendo da posição que estão nessa relação social. Posição esta determinada, pela relação de classe e as contradições inerentes a ela, como assim também os desdobramentos ou dimensões desta contradição como o sexo e a raça/etnia. Nesse sentido não acordamos com Saffioti (2004), quando coloca em um mesmo patamar a classe ao se referir as três contradições fundamentais da atual ordem social: a de classe, de sexo e de raça/etnia. Nos limites do presente texto, procuramos dar ênfase a duas delas: o sexo e a classe.

Concordamos com Souza-Lobo (1991), a classe trabalhadora não é homogênea, ela tem sexo e é, portanto, ainda mais aviltada pelas contraditórias relações constituídas. Tais relações, que tem sua base material dada pela organização social capitalista, atribuem posições desiguais e hierarquizadas para mulheres e homens. Privilegia estes em detrimento das primeiras.

Quando falamos de classe e de sexo, a intencionalidade é pontuar que estamos falando de sujeitos que tem relações sociais que são distintas. A relação que a classe trabalhadora tem com a exploração-dominação é o momento predominante. Portanto a discussão da desigualdade entre os sexos, da dominação-exploração masculina é necessário o debate com o recorte de classes. É a classe trabalhadora que vivencia mais concretamente a força da exploração da ordem do capital e de suas determinações de sexo e raça etnia – e demais relações subalternizantes que surgem dessa ordem.

Logo, as relações sociais entre os sujeitos são sexuadas, são produzidas por homens e mulheres e tendo sua base material dada pelo trabalho, expressas, conforme Kergoat (2002) pela divisão sexual do trabalho. A lógica de exploração do trabalho imposta na ordem capitalista cria, em seus meandros e objetivando o aumento dessa exploração, a desigualdade entre os sujeitos, que inclui a construção e manutenção das desigualdades entre os sexos.

Este processo de organização, entretanto e conforme procuramos indicar neste texto, não tem sua gênese somente neste modo de produção, já que as relações desiguais entre os sexos são produtos históricos de formações anteriores ao modo de produção capitalista. Por isso a importância de nomear especificamente esta dimensão dentro da ordem do capital, tendo em vista que mesmo sendo uma de suas forças estruturantes, pode atravessá-la em temporalidade.

Destarte, entendemos que a categoria patriarcado dá nome a estas relações sociais desiguais entre os sexos e se mantém como uma dimensão estruturadora de sua reprodução, explicitando a vigência da exploração-dominação masculina. A manutenção da ordem patriarcal e, portanto, da dominação-exploração capitalista é necessária para a continuidade da (re)produção sociometabólica do capital.

Assim, procuramos demonstrar que a manutenção dos mecanismos de dominação-exploração masculina é útil a maior exploração capitalista, logo, sustentadora dessa ordem. Em outras palavras, a ordem patriarcal se mantém funcional à dominação capitalista e ao mesmo tempo, ao elaborar desigualmente fatores

naturais, encobre os antagonismos de classes. Avanços, dentro da ordem do capital são possíveis, como aponta Mészáros (2002), entretanto a supressão desse ordenamento pressupõe uma organização social onde essas desigualdades não sejam mais útil, funcionais. Uma organização para além do capital.

Cabe destacar que a defesa apresentada nesta dissertação que se refere à utilização explícita da categoria relações sociais de sexo, vai ao sentido de dar nome ao que ainda, no contexto da organização social capitalista, é admitido como a norma e, portanto como os sujeitos sexuados devem produzir-se para sustentar as relações sociais de produção vigentes. É nesse sentido que procuramos demonstrar que o sexo – aqui no sentido estritamente biológico – é tomado como o fator que, no limite, determina o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade capitalista. É dessa determinação que decorrem o enquadramento dos seres sociais em duas classes de sexo (FALQUET, 2008), independentes, portanto, da identidade de gênero⁶³ que os sujeitos singulares têm a possibilidade de possuir.

Podemos buscar diversos exemplos dessa conformação hegemônica em campos variados, como no direito, na medicina, em que no limite, o que indica se as pessoas são homem ou mulheres é determinado pelo seu sexo biológico, ainda que possam ter diferentes formas de manifestação social. A constante luta das pessoas trans*, por exemplo, pela utilização do nome social e com isso de todos os direitos legais decorrentes, e tantas outras dimensões que impulsionam as lutas das assim chamadas minorias, indica que não é uma mera falta de conhecimento das assim chamadas “questões de gênero⁶⁴” mas, ao contrário, a compreensão é mais que explícita para que nossa sociedade se mantenha fiel aos seus pressupostos de organização e de sustentação, isto significa, entre outras questões, que as relações sociais de sexo

⁶³ Entendemos importante pontuar que os diferentes sujeitos reconhecem-se como homens e/ou mulheres dentro dos padrões estabelecidos socialmente para estas categorias. É nesse sentido que trazemos à baila o termo “identidade de gênero”, comumente utilizado nos debates de gênero. Reforçamos que não se exclui a possibilidade de diversas configurações dentro dessa ordem, mas estas, entretanto, remetem-se em última análise à conformação do fator sexo e sua forma determinante no contexto das relações sociais.

⁶⁴ O gênero é aqui entendido como uma dimensão que comporta todas as possibilidades de relações entre os sujeitos sexuados. E dessa forma, ainda que não possamos preterir sua existência, não indica a desigualdade inerente às relações sociais de sexo.

devem manter-se na ordem posta e, conforme procuramos demonstrar, essa ordem estabelece as formas de ser homem e de ser mulher que tem sua base fundante nas formas como o trabalho – subsumido ao capital – está organizado no capitalismo.

É, pois, essa organização que deve ser nomeada e questionada. O problema é o modo de produção capitalista, a exploração de classe que as relações sociais de sexo antagônicas, nomeadas pelo patriarcado, contribuem para a manutenção e reprodução. Elas são uma dimensão das relações sociais de produção. Assim, o seu questionamento tem necessidade de estar vinculado ao questionamento da ordem que as produz, nomeadamente da ordem capitalista.

Um aspecto que buscamos destacar foi a conformação dos mecanismos de manutenção e vigência da exploração-dominação masculina. Para tanto, recorreremos às discussões travadas no campo das masculinidades. Entendemos que a manutenção da hierarquização entre os sexos é um componente estruturante do atual modo de produção e se mantém como um dos eixos fundantes da vigência da exploração-dominação masculina.

Considera-se que este campo pode lançar luz a aspectos interessantes da conformação dos sujeitos masculinos, ainda que seja necessária a realização da análise crítica destas discussões, tendo como pressuposto a sustentação categorial de base material dada pelo trabalho. As discussões sobre o “aspecto masculino” lançam luz sobre o ser homem, que é ao mesmo tempo, como foi exposto, considerado a norma de referência de ser humano.

Procuramos indicar que a categoria homens tem na dominação-exploração das mulheres seu eixo estruturante e que é essa configuração que as relações patriarcais mantêm. Em outras palavras os padrões de masculino garantem a legitimidade do patriarcado na reprodução da ordem capitalista.

Uma das dimensões do patriarcado é revelada pela apropriação coletiva das mulheres. Pela lógica patriarcal as mulheres são propriedade dos homens e a reprodução dessa configuração necessária à potencialização da exploração de classe, haja vista que esta situa os sujeitos em escalas ainda mais desiguais. Disso decorre a exigência da monogamia, explicitamente feminina, - e seu avesso, a prostituição - apresentando-se de forma bastante incisiva na conformação da família nuclear patriarcal. Esta carrega a ideal de posse absoluta das mulheres por parte dos homens e vai além dos limites da instituição familiar monogâmica baseada no conceito de propriedade.

Procuramos destacar também a heterossexualidade compulsória, compreendida como uma instituição social que contribui de modo central para a naturalização dos sexos e todas as consequências limitantes dela decorrentes (FALQUET, 2008). Com efeito, o patriarcado é atravessado pela ideia da heterossexualidade que determina como devem ser homens e mulheres e a hierarquia que os constitui. Este arquétipo normativo abarca as diversas formas e práticas de sexualidade e, para além, é uma dimensão do processo de manutenção da estrutura de classes.

Enfim, nas discussões levantadas nesta dissertação intentamos apresentar possibilidades de debate sobre a conformação das contraditórias relações sociais entre os sujeitos, a partir da dimensão da desigualdade entre os sexos. A preocupação em compreender o “aspecto masculino” atravessou a apresentação deste texto e, ainda que sendo apenas aproximações iniciais, podem ser desdobradas em algumas frentes possíveis para a continuidade das pesquisas.

Levantamos alguns questionamentos desencadeados durante este processo de estudo e que podem ser um indicativo da necessidade de aprofundamento dos apontamentos aqui sintetizados: Como as relações sociais de sexo configuram-se concretamente na realidade social? Especificamente, como se configuram nos espaços de militância e de organização política de esquerda? O arquétipo da superioridade masculina é reproduzido nestes espaços? Quais são suas especificidades? Há possibilidade de superação dessa forma de organização dentro desses espaços se elas não forem explicitamente nomeadas e consideradas?

Para finalizar, consideramos que as relações sociais de sexo têm sua base material dada pela organização social capitalista que atribuem posições desiguais e hierarquizadas para mulheres e homens. Privilegia estes em detrimento das primeiras. São diversas as formas de materialização destes privilégios que, no limite, incidem em situações de violência. Situações de violência - seja ela verbal, seja ela “sutil”, seja ela física – são a expressão mais visceral e escancarada de nossa sociabilidade que nos faz “esquecer” de nossa humanidade.

Abrir mão do que nos é apresentado como privilégio é um processo que devemos perquirir todos os dias, em todas as nossas relações. Aos homens, enquanto indivíduo e categoria social, faz-se necessária a compreensão que toda a resistência e luta pela construção de uma nova forma de relação entre os sujeitos passa pela não menos

necessária destruição das relações de submissão que são estabelecidas e direcionadas às mulheres, enquanto indivíduo e categoria social.

O mesmo processo que provoca a formação de nossa consciência de classe, provoca (ou deveria provocar) nossa consciência feminista. O patriarcado e o capitalismo (e o racismo) são estruturantes das nossas relações sociais, desde as mais complexas às "micro" relações, às relações "afetivas". A desconstrução das formas de relações entre os sujeitos que aviltam constantemente suas potencialidades é essencial para a construção de uma sociedade com sujeitos não explorados. Sem oprimidos e sem opressores. Sem oprimidas e sem opressoras. Para tanto é necessário nomear explicitamente sua configuração e sua base de sustentação, a exploração de classe. E, nesse sentido, não perder o horizonte de transformação social almejado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Perspectivas Feministas e o Conceito de Patriarcado na Sociologia Clássica e no Pensamento Sociopolítico Brasileiro. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos, 1997. p. 161-191.

ARMITAGE, Susan H.; HART, Patricia; WEATHERMON, Karen (org.). **Women's Oral History: The Frontiers Reader**. Lincoln, NE: University of Nebraska, 2002.

ARRILHA, Margareth.; UNBEHAUM. Sandra G.; MEDRADO, Benedito. Introdução. In: ARRILHA, M.; UNBEHAUM. Sandra G.; MEDRADO, B. (Org.). **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. 2.ed. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 2001. p.15-28.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2. v.

BELLI, Gioconda. **O País sob Minha Pele: memórias de amor e guerra**. São Paulo: Record, 2002.

_____. **A Mulher Habitada**. Rio do Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

BENTO, Berenice. **Homem não Tece a Dor: queixas e perplexidades masculinas**. Natal: EDUFRN, 2012.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2010.

CABNAL, Lorena. **Feminismos Diversos: El feminismo comunitario**. ACSUR – Las Segovias, 2010.

CHARLTON, Thomas L.; MYERS, Lois E.; SHARPLESS, Rebecca (org.). **Thinking about Oral History: Theories and Applications**. New York: AltaMira Press, 2008.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. University of California Press: Berkley and Los Angeles, California. 2.ed. 2005.

_____. **La Organización Social de la Masculinidad**. Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales. Disponível em: <www.cholonautas.edu.pe>. Acesso em 24/03/2010.

DELPHY, Cristine. Patriarcado. HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne-Marie. A Teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set/dez., 2005.

ENGELS, Friederch. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2009.

FALQUET, Jules. **De Gré ou de Force**: les femmes dans la mondialisation. Paris: La Dispute, 2008.

_____. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**. Londrina v. 13. P. 121-145. 2008a.

_____. **Les Mouvements Sociaux dans la Modialisation Néolibérale**: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique Latine-Caraïbes-France). Habilitation à diriger des recherches. Paris: Université de Paris 8, 2012. (Mimeo).

_____. Os atuais desafios para o feminismo materialista: entrevista com Jules Falquet. **Emancipação**. Jan./jun. 2014. p. 245-261.

FAZENDO GÊNERO. **Histórico**. 2002. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/historico/historico.htm>>. Acesso em: 01 out 2010.

FREDERICI, Silvia. Patriarcado del Salario: “Lo que llaman amor, nosotras lo llamamos trabajo no pagado”. **Prensa Comunitaria**. Guatemala. 21 abr 2015. Entrevista concedida a Gladys Tzul Tzul.

Disponível em <<https://comunitariapress.wordpress.com/2015/04/21/el-patriarcado-del-salario-lo-que-llaman-amor-nosotras-lo-llamamos-trabajo-no-pagado/>>.

INSTITUTO PAPAÍ. **Histórico**. 2010. Disponível em: <http://revisao.dype.com.br/papai/conteudo/view?ID_CONTEUDO=550>. Acesso em: 20 set 2010.

GEHLEN, Vitoria; GEHLEN, Lara Mileti. Política Social, Gênero e Saúde. In: **IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Goiania: CFESS/ABEPSS, 1998.

GUILLAUMIN, Colete. Prática del poder e ideia de Natureza. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. **El Patriarcado a Desnudo**: tres feministas materialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 19-56.

GONÇALVES, Renata. O Pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. **Capital and Class**. n. 8, p. 1-33, 1979.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRARA, Helena; SEGNINI, Liliana R. P. (orgs). **Organização, Trabalho e Gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. (Série trabalho e sociedade).

IASI, Mauro. **As Ruas**: poemas e reflexões pedestres. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2014.

KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, H.; LABORIT, F.; LE DOARÉ, H.; D. SENOTIER, D. (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (org). **Tendências e Impasses**: O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LERNER, Gerda. **The creation of patriarchy**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURENÇO, Sandra. **Violência Conjugal: Materialização das ações profissionais na área da saúde.** 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade De História, Direito e Serviço Social, Franca.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Lia Zanota. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia.** Brasília, 2000.

_____. Masculinidades e Violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHUPUN, Mônica R. (org). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. P. 35-78.

MARX, KARL. **O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MATHIEU, Nicole-Claude. **L’Anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe.** Paris: Côte-femmes, 1991.

_____. ¿Identidad sexual/sexuada/ de sexo? Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. **El Patriarcado a Desnudo: tres feministas materialistas.** Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 130-175.

MÉSZÁROS, ISTVAN. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método.** São paulo: boitempo, 2009.

_____. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A Precarização e a Divisão Sociossexual do Trabalho. In: SILVA, José Fernando S. da; SANT'ANA, Raquel Santos.; LOURENÇO, Edvânia Ângela de S. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado - A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OLIVIO, Maria Cecilia. **Masculinidades de Homens Agressores: uma análise a partir da categoria gênero**. 2010. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Terra e Paz, 1993.

PEREIRA, Francineide Pires. **“Seja Homem!”: Produção de Masculinidades em contexto patriarcal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1990.

_____. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia e classe social. In: ADORNO, Sérgio (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Cadernos de Sociologia. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. O Estatuto Teórico da Violência de Gênero. In: SANTOS, José V. T. dos (org.). **Violências no Tempo da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos PAGU**. n. 16. 2001.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Ontogênese e Filogênese do Gênero: Ordem Patriarcal de Gênero e a Violência Masculina contra as Mulheres. Séries Estudos e Ensaios/Ciências Sociais. **FLASCO-Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 29/04/13.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUSA, Noémia de. **Sangue negro**. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

SOUZA, Luísa C. G. **A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um índice para os estados brasileiros**. Brasília: UNB. 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

STORNI, Alfonsina. **Antología Poética**. Buenos Aires: Losada, 2010.

SZYMANSKI, H. Teorias e “Teorias” de Família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Educ/Cortez, 2000. p. 23-27.

VIANA, Nildo. Emancipação Feminina e Emancipação Humana. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 17. 2010. P. 40-47.

TAVARES, Ana Paula. **O sangue da buganvília: crônicas**. Praia-Mindel: Embaixada de Portugal/Centro Cultural Português, 1998.

TORRIGLIA, Patricia Laura. **Reflexões sobre o trabalho e a reprodução social: primeiras aproximações em relação ao complexo educativo**. 1999. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. PPGE/CED, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis.

WATTERS, Mary-Alice. **Marxismo y Feminismo**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1977.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**. v. 2. 2001, p. 460-482.

_____. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações

sociais ed sexo. In: SCHUPUN, Mônica R. (org). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 107- 128.

WITTIG, Monique. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992

ZETKIN, Clara. Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo poderá ser vitorioso. In: TOLEDO, Cecília. **A Mulher e a Luta pelo Socialismo**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2014. p. 149 - 160.